

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PRPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESIGN

E SE A CIDADE FOSSE NOSSA?
CONTRIBUIÇÕES DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS EM
UM ESTUDO DE CASO EM JOINVILLE.

RAFAELA RODRIGUES
ORIENTADORA: PROFESSORA Dra. Marli T. Everling

JOINVILLE
2019

RAFAELA RODRIGUES

E SE A CIDADE FOSSE NOSSA?
CONTRIBUIÇÕES DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS EM
UM ESTUDO DE CASO EM JOINVILLE.

Relatório Técnico apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Design Profissional, pela Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE –, sob orientação da Professora Dra. Marli T. Everling.

JOINVILLE

2019

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

Rodrigues, Rafaela

R696e E se a cidade fosse nossa?: contribuições de abordagens participativas em um estudo de caso em Joinville/ Rafaela Rodrigues; orientadora Dra. Marli T. Everling. – Joinville: UNIVILLE, 2019.

f: il. ; 30 cm

Relatório técnico (Mestrado em Design – Universidade da Região de Joinville)

1. Desenho industrial. 2. Administração pública – Joinville (SC) – Participação do cidadão. I. Everling, Marli T. (orient.). II. Título.

CDD745.2

Elaborada por Rafaela Ghacham Desiderato – CRB-14/1437

Termo de Aprovação

“E se a Cidade Fosse Nossa? Contribuições de Abordagens Participativas em um estudo de caso em Joinville”

por

Rafacla Rodrigues

Projeto Final julgado para a obtenção do título de Mestra em Design, aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Design – Mestrado Profissional.



Prof. Dra. Marli Teresinha Everling
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dr. João Eduardo Chagas Sobral
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Design

Banca Examinadora:




Prof. Dra. Marli Teresinha Everling
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Giselle Schmidt Alves Diaz Merino
(UDESC)



Prof. Dr. Victor Rafael Laurenciano Aguiar
(UNIVILLE)



Prof. Dr. Danilo Corrêa Silva
(UNIVILLE)

Joinville, 18 de dezembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as mulheres. As que vieram antes de mim e as que ainda virão. Pela luta, garra e coragem de ser e estar. Deusas da guerra e do amor. Sobreviventes.

Essa pesquisa é fruto da luta das mulheres da minha família, que ousaram amar e dedicar suas vidas à educação, especialmente minha mãe, Rosa; minha tia-avó, Laia; minha irmã, Dani, e minha avó, Adônia, que me ensinam a cada dia o quanto a independência e a luta feminina são lindas e necessárias, apesar do caminho árduo. Meu coração é de vocês, por isso e por tudo.

Este processo trouxe tudo àquilo que tem o poder de transformar vidas, abrir olhos, inspirar o coração. Aprendi sobre empatia, design *para* e *com* as pessoas e sobre a beleza de assumir ser quem se é. Tudo isso e muito mais, principalmente, com a minha orientadora e amiga, Marli. Aquela que nunca desistiu de mim, desta pesquisa e da humanidade. Ser sua companheira nesse caminho lindo da vida é um presente, uma luz no fim do túnel, um café na *Amor e Canela*, obrigada.

Na sequência, acredito que devo mencionar todos os professores do mestrado, especialmente os que compõem a banca: Giselle, Victor e Danilo, e os que já passaram pela minha vida, como facilitadores dessa jornada baseada em educação, que é a oportunidade de tirarmos a venda, de refletirmos sobre o eu e o mundo, sobre nossa interferência aqui, ontem, hoje e amanhã.

Tive o privilégio de poder pertencer a um modelo de família especial, que me possibilitou encontrar um espaço seguro de confiança e amor. Obrigada aos companheiros Nilton, Nestor e Marília por nos proporcionar essa nova forma de encontro.

Aos amigos, companheiros na construção deste trabalho, que me ensinam todos os dias. Mais do que colegas de trabalho, aqueles com quem divido a vida e o que tenho de mais valioso: o ofício, o fazer. Danilo, obrigada pela confiança para aplicar abordagens participativas na Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Gabriel, Juliete, Sabrina, Mariana, Gilberto, Jéssica, Patrícia, Cindy, Leonardo, Fernanda, Rafael Bendo, Gabriel C., Guilherme, Daiane, Cristian, Suelen e Amanda, vocês fazem parte deste trabalho. A essência dos processos que vivemos nos últimos anos transformou minha visão do trabalho e o nosso coletivo potencializou esse resultado.

Ao meu amigo, Luis Gustavo, por ser minha referência de ser humano e pesquisador. Nossa amizade é uma das minhas maiores alegrias.

À Vivian e Mayra, minhas amigas que, mesmo quando estão em outro continente, ainda são tudo. São presença, amor, confiança e conexão. Com vocês, sinto que sou eu em essência.

Aos meus amigos Gabriel Henrique e Rogério, por aceitarem este desafio de partilhar a vida, trocar experiências, músicas, alegrias e por sempre estarem ao meu lado.

Quando reflito sobre meus amigos, aqueles a quem escolhi como parte de mim, entendo que todos apareceram no momento certo. São amigos com quem posso contar sempre, Ariadiny, Ana Paula, Camila M., Camila C., Karol, Pam, Analu, Daniel, Samuca, Gui, Henrique, Elisa, Fer, Gui (Farah), Iago, Carol, Celso, Gui (Faro), Juciele. Todos os colegas de mestrado que conheci e tantos outros amigos que não estão nomeados, mas que sempre estiveram conectados.

Agradeço ao meu pai, Beto, pela vida e pelos ensinamentos neste caminho. E, especialmente, ao meu tio-avô David e avô Damião *in memoriam*, pelo amor, alegria e presença.

EPÍGRAFE

“Isso de ser exatamente o que se é ainda vai nos levar além.”

Paulo Leminski

RESUMO

O tema deste trabalho abrange processos participativos de design orientados para o engajamento popular na gestão pública e a pergunta que orienta a investigação é: como qualificar a participação da população na gestão pública? A investigação objetiva analisar coletivamente um processo de participação popular, na gestão pública, e propor melhorias. Os objetivos específicos consideram: fundamentar abordagens centradas no humano, bem como, processos participativos e suas potencialidades para promover a participação popular no setor público, discutir a experiência conduzida e identificar melhorias e desdobramentos. A relevância está na possibilidade de apoiar profissionais de diversos segmentos orientados para abordagens participativas orientadas para potencializar maior engajamento da população na gestão pública. A metodologia abrange (1) antecedentes e contextualização (2) fundamentação teórica (3) condução de estudos de caso e (4) análise e reflexão acerca do estudo de caso. O resultado alcançado evidencia diretrizes e desdobramentos visando apoiar outros processos bem como a continuidade da pesquisa.

Palavras-chave: Design participativo, contexto urbano, participação popular.

ABSTRACT

The theme of this search covers participatory design processes oriented to popular participation in public management and the research question is: how to qualify the participation of the population in public management? The research aims to collectively analyze a process of popular participation in public management and propose improvements. Specific objectives include: substantiate human-centered approaches as well as participatory processes and their potential to promote popular participation in the public sector, discuss the experience conducted and identify improvements and developments. The relevance is the possibility to support professionals from different segments oriented to participatory approaches oriented to potentiate greater engagement of the population in public management. The methodology covers (1) background and contextualization (2) theoretical background (3) conducting case studies and (4) analysis and reflection on the case study. The achieved result shows guidelines and developments aiming to support other processes as well as the continuity of the research.

Keywords: *Participatory design, urban context, popular participation.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Delimitação do contexto.....	18
Figura 2 – Síntese conceito Cidade Humana e Inteligente.....	24
Figura 3 – Transição da abordagem centrada no humano.....	30
Figura 4 – Capítulos do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, 2008.....	33
Figura 5 – Dados para Minuta da Revisão do Plano Diretor.....	38
Figura 6 – Participantes do Coletivo.....	45
Figura 7 – Resultado da oficina no item ‘apresentação’.....	46
Figura 8 – Material de apoio para Oficina de Validação da Revisão do Plano Diretor.	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participantes das Oficinas da Revisão do Plano Diretor.....	41
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Caracterização da Pesquisa.....	15
Tabela 2 – Delineamento do percurso metodológico.....	16
Tabela 3 – Considerações relevantes para processos participativos.....	27
Tabela 4 – Passos do diagnóstico.....	34
Tabela 5 – Roteiro das oficinas de diagnóstico.....	35
Tabela 6 – Roteiro das oficinas de propostas.....	37
Tabela 7 – Oficinas do processo de validação.....	39
Tabela 8 – Caracterização dos Participantes do Coletivo.....	44
Tabela 9 – Diretrizes de melhoria.....	56

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	18
1.1 Arquitetura e Urbanismo.....	19
1.2 Design.....	20
1.3 Urbanismo e Design.....	21
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 A cidade, design e relações de uso no âmbito do PPGDesign da Univille....	22
2.2 A cidade no âmbito da gerência de planejamento urbano da SEPUD.....	24
2.3 Aportes Metodológicos para Design Participativo e a Atuação do Designer como Mediador.....	26
2.4 Processos Participativos, Design Centrado no Humano, Design for Change	29
2.4.1. Design Centrado no Humano.....	29
2.4.2. <i>Design for Change</i>	31
3 ESTUDO DE CASO COM FOCO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE.....	32
3.1 Joinville e o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável.....	32
3.2 Condução do Processo.....	33
3.3 Diagnóstico: o Início.....	34
3.3.1 Processo das Oficinas de Diagnóstico.....	35
3.4 Propostas: O Transformar.....	36
3.4.1 Processo das Oficinas de Propostas.....	36
3.5 Validação: O Retorno à Comunidade.....	38
3.5.1 Processo das Oficinas de Validação.....	39
3.6 Aprovação dos Comitês.....	40
3.7 Câmara de Vereadores.....	41
3.8 Participação.....	41
4 REFLEXÃO PARTICIPATIVA ACERCA DA PRÁTICA.....	43
4.1 Objetivos da Oficina e Caracterização dos Participantes.....	43
4.2 Preparo da Oficina.....	45
4.3 Sobre a Apresentação.....	46
4.3.1 Percepções do coletivo.....	46

4.3.2	Percepções da Pesquisadora.....	47
4.4	Sobre a Equipe.....	47
4.4.1	Percepções do Coletivo.....	47
4.4.2	Percepções da Pesquisadora.....	48
4.5	Sobre o Contexto.....	49
4.5.1	Percepções do Coletivo.....	49
4.5.2	Percepções da Pesquisadora.....	49
4.6	Sobre Leis e Normas.....	49
4.6.1	Percepções do Coletivo.....	50
4.6.2	Percepções da Pesquisadora.....	50
4.7	Sobre a preparação dos participantes (cidadãos).....	50
4.7.1.	Percepções do Coletivo.....	51
4.7.2	Percepções da Pesquisadora.....	51
4.8	Sobre as Oficinas.....	52
4.8.1	Percepções do Coletivo.....	52
4.8.2	Percepções da Pesquisadora.....	52
4.9	Sobre o Diagnóstico.....	53
4.9.1.	Percepções do Coletivo.....	53
4.9.2	Percepções da Pesquisadora.....	53
4.10	Sobre a Proposta.....	54
4.10.1	Percepções do Coletivo.....	54
4.10.2	Percepções da Pesquisadora.....	54
4.11	Sobre a validação.....	54
4.11.1	Percepções do Coletivo.....	54
4.11.2	Percepções da Pesquisadora.....	55
4.12	Diretrizes e desdobramentos.....	55
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
	REFERÊNCIAS.....	60
	APÊNDICE A – OFICINA DE REFLEXÕES.....	64
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	65
	APÊNDICE C – TERMO DE USO DE IMAGEM E VOZ.....	67
	APÊNDICE D – MATERIAL PARA OFICINA DE REFLEXÕES.....	68

INTRODUÇÃO

As cidades, como espaços de vida e convivência, apresentam potencial para desenvolver propostas que engajem as pessoas para mudanças transformadoras, e que resultem em melhoria na qualidade de vida de seus habitantes. A participação das pessoas no planejamento das construções de vias e espaços públicos contribui para a criação de cidades mais democráticas e alinhadas às necessidades da população.

As discussões sobre o espaço urbano possuem caráter interdisciplinar e complexo, que exigem colaboração, planejamento e busca pela igualdade entre valores sociais e conhecimento técnico.

Os espaços urbanos são construídos e atualizados conforme paradigmas vivenciados pelas pessoas que neles residem, trabalham, se movimentam, consomem ou simplesmente se divertem (MANZINI, 2008).

Para Gehl (2013), o propósito da cidade é adequá-la às pessoas. Porém, como adequá-las sem que a população participe?

Nos últimos 50 anos, com o advento do paradigma modernista e sua visão que negligenciava a dimensão humana, priorizando carros e edifícios, perdeu-se a essência de qualidade de vida. Fator que, até hoje, influencia no desenvolvimento urbano das cidades.

Diante de tal cenário, o presente trabalho se propõe a investigar os processos participativos de design, enfatizando a participação popular no setor público. A questão de investigação que norteou a pesquisa foi: Como qualificar a participação da população na gestão pública?

Os objetivos específicos que orientaram a pesquisa foram: (1) fundamentar abordagens centradas no humano, bem como processos participativos e suas potencialidades, para promover a participação popular no setor público; (2) discutir a experiência conduzida; e (3) identificar melhorias e desdobramentos.

A relevância da proposta está na possibilidade de apoiar profissionais de diversos segmentos, orientados para abordagens participativas que proporcionem maior engajamento da população na gestão pública. Contribui, também, para situar a ação de mestrandos profissionais mediante a mútua troca de saberes entre a academia e o contexto no qual o programa está inserido.

No âmbito do PPGDesign da Univille, a proposta conecta-se à área de concentração ‘Design e Sustentabilidade’, com a Linha de Pesquisa e Atuação Técnico-Científica 1 – Processo de Produção e Design, na medida em que se propõe a investigar relações entre design e realidade social, considerando o contexto urbano, e com o projeto ETHOS (PPGDESIGN/UNIVILLE, *WEB*).

Em termos de caracterização, a proposta consiste em uma pesquisa aplicada, visando o uso do conhecimento produzido no PPGDesign e no Projeto ETHOS - Design e Relações de Uso, em procedimentos que fomentem a participação cidadã em audiências públicas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso de caráter exploratório e imersivo por se concentrar no contexto específico da Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (SEPUD) da Cidade de Joinville; e, descritivo, por detalhar e reportar o modo como a experiência foi conduzida. Com relação aos procedimentos metodológicos, a pesquisa pode ser classificada como participante, em virtude do posicionamento do pesquisador enquanto mediador do fluxo de informações e ideias propostas pelos participantes, bem como pela opção de utilizar processos participativos, empregando procedimentos de estudo de caso e pesquisa de campo.

Tabela 1 – Caracterização da Pesquisa.

Quanto a...	Caracteriza-se como...
Objetivos	Estudo-de-caso de caráter exploratório/ imersivo e descritivo
Abordagem	Qualitativa
Natureza	Aplicada
Procedimentos	Participante apoiada no estudo de caso e pesquisa de campo.

Fonte: Autora (2019).

Como percurso metodológico, optou-se pelo *design for change*, para responder aos desafios do cenário público.

Nos processos participativos, a figura do designer se converte em mediador de soluções, pois, ao situar o humano no centro do processo, ele passa a compreender diretamente as necessidades das pessoas. A finalidade, portanto, torna-se conduzir um processo coerente para o que, de fato, a população anseia, considerando o impacto

econômico, social e ambiental do seu trabalho. Ou, em outras palavras, contribuir de forma cocriativa para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (WDO, *web*).

Tabela 2 – Delineamento do percurso metodológico.

(1) ANTECEDENTES & CONTEXTUALIZAÇÃO
Ao longo deste tópico relatam-se os antecedentes que conduziram ao problema de pesquisa: experiências anteriores em ‘Arquitetura’, ‘Urbanismo’ e ‘Design’;
(2) FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
Revisão de literatura baseada em fontes de informação impressas e digitais, livros, publicações em periódicos entre outros, com foco nos temas ‘a cidade’, ‘design e relações de uso’, ‘cidade no âmbito da Gerência de Planejamento Urbano da SEPUD’; ‘design participativo; e ‘atuação do designer como mediador’.
(3) CONDUÇÃO DO ESTUDO DE CASO
Foco: revisão do plano diretor de desenvolvimento sustentável de Joinville. Atuação da pesquisadora: facilitadora. Participantes: 8 arquitetos Equipe 1: análise do processo do Plano Diretor de 2008 e as leis específicas exigidas para o andamento do processo. Equipe 2: estabeleceu as etapas, objetivos e ferramentas de condução do processo. Ferramentas: oficinas delineadas a partir do <i>design for change</i> e do resultado pretendido. Oficinas: (1) diagnóstico, (2) propostas, (3) validação. Regiões: oito subprefeituras de Joinville (abrangendo 42 bairros) Etapas posteriores: (4) aprovação dos comitês, (5) encaminhamento para a câmara de vereadores.
(4) ANÁLISE E REFLEXÃO ACERCA DO ESTUDO DE CASO
Foco: estruturação coletiva de orientações para condução de futuros processos participativos, a partir da experiência vivenciada no processo de Revisão do Plano Diretor. Atuação da pesquisadora: facilitadora e análise reflexiva posterior. Formato: oficina participativa/cocriativa Etapas analíticas: (1) preparação da oficina, (2) discussão das etapas, (3) apresentação, (4) equipe, (4) contexto, (5) leis e normas, (6) preparar os participantes, (7) oficinas, (8) diagnóstico, (9) proposta, (10) validação, (11) diretrizes.

Fonte: Autora (2019).

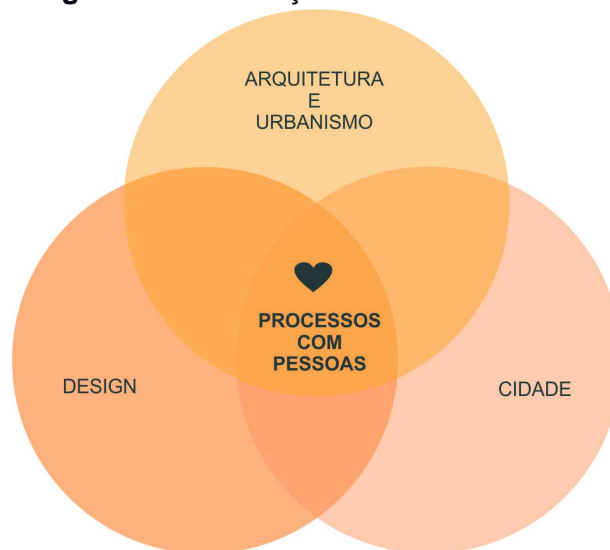
A fim de facilitar a busca do leitor para os temas aqui abordados, o presente trabalho está organizado em seis capítulos. No primeiro, a pesquisadora relata as experiências que a conduziram ao problema de pesquisa. No segundo capítulo são apresentadas as bases teóricas da pesquisa. Na sequência, faz-se a apresentação do estudo de caso.

Nos capítulos quatro e cinco, a autora propõe uma reflexão acerca das práticas desenvolvidas e os possíveis desdobramentos oriundos dessa ação. Por fim, tece considerações sobre todo o processo vivenciado.

1 EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

As raízes do processo apresentado e sistematizado neste documento iniciam, conforme relatado neste tópico, em 2008. A trajetória iniciada naquele ano, que hoje agrega conhecimentos relacionados à Arquitetura e Urbanismo, Design e Cidade, potencializou o poder de descoberta, de transmutar ideias, conceitos e percepções, e norteou o caminho de todas as oportunidades que surgiram e que transformaram essa pesquisa.

Figura 1 – Delimitação do contexto.



Fonte: Autora (2018).

Ao analisar essa trajetória, conforme figura 3, o ponto que une todas as experiências e desperta o desejo de transcender a conclusão de um projeto, independente da sua temática, são as pessoas, sua participação, sua história, conexão, engajamento no processo e o florescer da descoberta de uma nova maneira de criar: a cocriação. Como resultado tem-se uma construção coletiva e o despertar do poder pessoal. Para isso, partiu-se da premissa de que o profissional criativo facilita e medeia, enquanto o centro do processo é o usuário, ou, no caso deste estudo, o cidadão.

No tópico a seguir, serão expostas as razões levaram à definição do problema de pesquisa.

1.1 Arquitetura e Urbanismo

A motivação para a realização desta pesquisa vem de uma inquietação cujas origens estão em 2008, ocasião em que a pesquisadora visitou o Museu Oscar Niemeyer, em Curitiba/PR, e foi sensibilizada para um novo olhar. Um momento de êxtase e de descoberta, de sensações nunca antes experimentadas. O despertar da emoção através do edifício que fala, se expressa, inspira e transforma a partir da associação entre arte e arquitetura. Essa experiência resultou em uma mudança de carreira do Direito para a Arquitetura e Urbanismo.

No último ano de graduação em Arquitetura e Urbanismo, em 2013, houve um contato inicial com os conceitos de Design de Serviços, em decorrência do trabalho de conclusão de curso, cujo tema foi 'Hotel – uma experiência sensorial'. Nesta proposta, buscou-se transcender os elementos básicos fundamentais da arquitetura, para além da Tríade Vitruviana – *firmitas*: estrutura; *venustas*: estética; *utilitas*: função –, condicionantes legais, climáticos e necessidades do cliente, incluindo-se outro fator: o sensorial, e a experiência do usuário no espaço.

Em 2014, a pesquisadora ingressou na equipe de arquitetos da Metroquadrado, escritório de arquitetura, situado em Joinville/SC. A empresa transita por caminhos que se dividem entre a arquitetura, arte e design. Em decorrência da contribuição e envolvimento de equipes multidisciplinares de arquitetura, engenharia e design nos projetos, perceberam-se bons resultados e maior assertividade em relação aos desejos dos clientes, independente da tipologia arquitetônica. A partir daí, a pesquisadora iniciou uma busca pessoal e profissional sobre a temática.

1.2 Design

Em 2017, quando a pesquisadora ingressou no programa de Mestrado Profissional em Design, na Universidade da Região de Joinville, a busca tomou um novo rumo. Suas inquietações começaram a ser respondidas, mas as respostas levaram-na a outros questionamentos. A descoberta de diferentes conceitos e ferramentas encorajou-a a escolher, em junho do mesmo ano, as abordagens participativas e suas possíveis aplicações como objeto de estudo.

Os estudos teóricos e práticos desse período foram fundamentais para a elaboração desta pesquisa, pois trouxeram renovação, além de repercutirem em diferentes âmbitos, favorecendo o crescimento pessoal e profissional da pesquisadora; em especial, após sua integração nos projetos ETHOS e SIMBOL2, descritos a seguir.

O projeto ETHOS está associado ao PPGDesign da Univille. Por meio dele, são conduzidas ações de pesquisas técnico-científicas orientadas para o design e as relações de uso. Dentre as temáticas contempladas pelo projeto estão: cidade, empreendimentos sociais/locais, educação, colaboração/participação.

A participação em ambos os projetos contribuiu para o aprofundamento teórico a partir das discussões sobre o novo design, mudança no papel do designer e coparticipação, baseados nos conceitos de Elizabeth Sanders¹, bem como para o interesse da pesquisadora pela temática.

O projeto SIMBOL2 também está associado ao PPGDesign da Univille e discute o design e suas fronteiras na instituição social da cultura simbólica. A essa proposta estão associados os projetos de extensão 'SempreViva' e 'AmaViva', destinados à capacitação de mulheres. Nele, a pesquisadora teve a oportunidade de coordenar, de forma colaborativa, o desenvolvimento de uma marca de moda – grife social -, juntamente com as artesãs do grupo, resultando em uma linha de produtos de moda cujos conceitos contemplavam aspectos como inovação social, criatividade, artesanato e Design.

A combinação dos objetivos da pesquisa, associados ao projeto ETHOS e SIMBOL2, favoreceram a aproximação teórico-prática de conceitos, métodos e

1 Formada em Psicologia e Antropologia, Mestre em Psicologia e Doutora em Psicologia Experimental e Quantitativa. Atuou como consultora de pesquisa em Design na Indústria e Professora do Departamento de Design da Universidade do Estado de Ohio. Contribuiu com o desenvolvimento de ferramentas, métodos e técnicas orientadas para o Design centrado no humano, design participativo e co-design. Boa parte do seu repertório está disponível no site *maketools* (SANDERS, WEB).

instrumentos ligados ao design participativo. O uso de processos metodológicos centrados no humano possibilitou, ainda, uma atuação profissional criativa como curadora/mediadora/facilitadora e incentivadora da criação coletiva em uma perspectiva cultural e participativa, abrangendo a inovação social e relações de uso.

1.3 Urbanismo e Design

Em janeiro de 2018, em decorrência da participação em oficinas dos projetos #Jlle30² e Desenhos Urbanos Colaborativos, da Prefeitura Municipal de Joinville³, a pesquisadora deu início a uma nova etapa profissional, agora como arquiteta e urbanista na Unidade de Cidades Urbanas e Inteligentes e, posteriormente, na Unidade de Planejamento Urbano. Ambos na Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável, com o desafio de potencializar discussões e ações por meio do design participativo e a participação popular.

2 #Jlle30: visão de futuro criada coletivamente. Inspiradora, clara e capaz de mobilizar esforços comuns rumo a uma Joinville mais humana e inteligente (JLLE30, *web*)

3 Desenhos Colaborativos Urbanos: Oficina colaborativa para um processo de requalificação do Centro da cidade de Joinville, buscando possíveis soluções para o espaço urbano degradado, para preservação da memória afetiva e melhoria da qualidade de vida, direcionando à cocriação da cidade do futuro, de forma humana, inteligente e sustentável (JOINVALLE, *web*).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica trata dos processos de participação popular, abordagens centradas no humano, processos participativos, conceitos e estudos de caso de projetos que visem à participação popular no setor público. Inclui, também, o levantamento preliminar sobre a temática cidade, por ser o ponto no qual se situa o problema da pesquisa, e design centrado no humano.

2.1 A cidade, design e relações de uso no âmbito do PPGDesign da Univille

Os artigos publicados em revista e eventos, entre 2016 e 2018⁴, pela equipe do Projeto Ethos, ao qual essa pesquisa está vinculada, abordam ações técnico-científicas orientadas para o design e relações de uso no contexto urbano de Joinville, bem como as concepções de design e de relações de uso. Por isso, servem como subsídio para a contextualização apresentada ao longo deste tópico.

A concepção de design adotada neste trabalho está alinhada àquela proposta pela Organização Mundial do Design – *World Design Organization* (WDO, *web*), que conceitua o design como um processo de inovação e qualificação do cotidiano por meio do projeto de produtos, sistemas, serviços e experiências, visando superar a lacuna entre 'o que é' e o 'que é possível'. Propositiva, a definição orienta o design para a resignificação de problemas, convertendo-os em oportunidades e defende o processo centrado no humano e a criação participativa de melhores condições de vida. Em virtude das ferramentas e dos códigos de expressão inerentes à profissão, o Design pode promover resultados que contribuam para um mundo melhor (WDO, *web*).

A compreensão acerca das 'Relações de Uso', evoluiu a cada publicação e incluiu a interação usuário-objeto-ambiente, enfatizando a dimensão humana e teórica, além de técnicas e procedimentos associados à experiência, comportamento, usabilidade, níveis de usos, percepção e informação, abrangendo princípios e abordagens próprias do

4 Os artigos publicados pela equipe 'Ethos: Design e Relações de Uso' são 'Dos Conceitos de Mediação, Aprendizagem e Colaboração às Práticas de Design Participativo Vinculadas ao Projeto Ethos' (EVERLING; SOUZA; CANÁS MARTINS; DUARTE; KORNER; GANSKE, 2018), 'Design, Participação e Engajamento Como Estratégias para Qualificar Relações de Uso em Abordagens de Design no Âmbito do Projeto ETHOS' (EVERLING; THEIS; SANTOS; CECYN; RODRIGUES; LAFRONT, 2018), e, os mais recentes, 'O Design e o 'Vir-a-Ser': Relações de Uso em Contextos Urbano-Sociais' (EVERLING; GODGIG; SOUZA; AZEVEDO; MUNHOZ, 2019) e Design & 'Vir-a-Ser': Abordagens Participativas em Contextos Urbano-Sociais (EVERLING; GODGIG; SOUZA; AZEVEDO; MUNHOZ, 2019).

'design centrado no usuário', 'design centrado no humano', 'design participativo', 'co-design', entre outros. Todos associados à ergonomia (EVERLING, *et al.* 2019).

Na equipe do Projeto ETHOS, a discussão sobre o significado de contexto urbano ocorreu com mais ênfase a partir dos artigos 'O Design e o vir-a-ser: relações de uso em contextos urbano-sociais', 'Design e o vir-a-ser: abordagens participativas em contextos urbano-sociais', ambos publicados por Everling, Godgig, Souza, Azevedo e Munhoz, em 2019; e 'A educação e seu papel mobilizador para o design orientado à qualificação do cenário urbano como espaço de convivência' (EVERLING *et. al.* 2014).

Nas referidas obras, observa-se que o espaço urbano é considerado um ambiente que requer interdisciplinaridade e que envolve corresponsabilidade, colaboração, planejamento e equilíbrio entre tecnologia e valores sociais. Nessa perspectiva, considera-se a cidade para além da arquitetura e da geografia, abordando-a como fenômeno social, que, ao mesmo tempo, é produto e produtora das atividades coletivas humanas (INAÊ *apud* BRANCAGLION, 2006).

A cidade, para além de um mundo artificialmente construído, é lar, possui dinâmicas, percursos e núcleos de vivências sociais muito pessoais e significativos.

A abordagem utilizada por Inaê (*web*) está muito próxima das discussões realizadas por Jane Jacobs em 'Vida e Morte nas Grandes Cidades', publicado em 2000, e Jan Gehl, no livro 'Cidade para Pessoas', publicado em 2013, os quais enfatizam a centralidade da dimensão humana no planejamento de espaços públicos e urbanos, reduzindo a ênfase corporativa e valorizando os relacionamentos e as dinâmicas interpessoais na ocupação desses espaços (EVERLING, GODGIG, SOUZA, AZEVEDO E MUNHOZ, 2019).

Quando analisados os posicionamentos de cada autor, observa-se que Inaê se situa no campo da sociologia, enquanto Jacobs foi uma jornalista com inclinações ativistas e forte senso de observação. Além disso, seu companheiro contribuiu significativamente para sua fundamentação técnica.

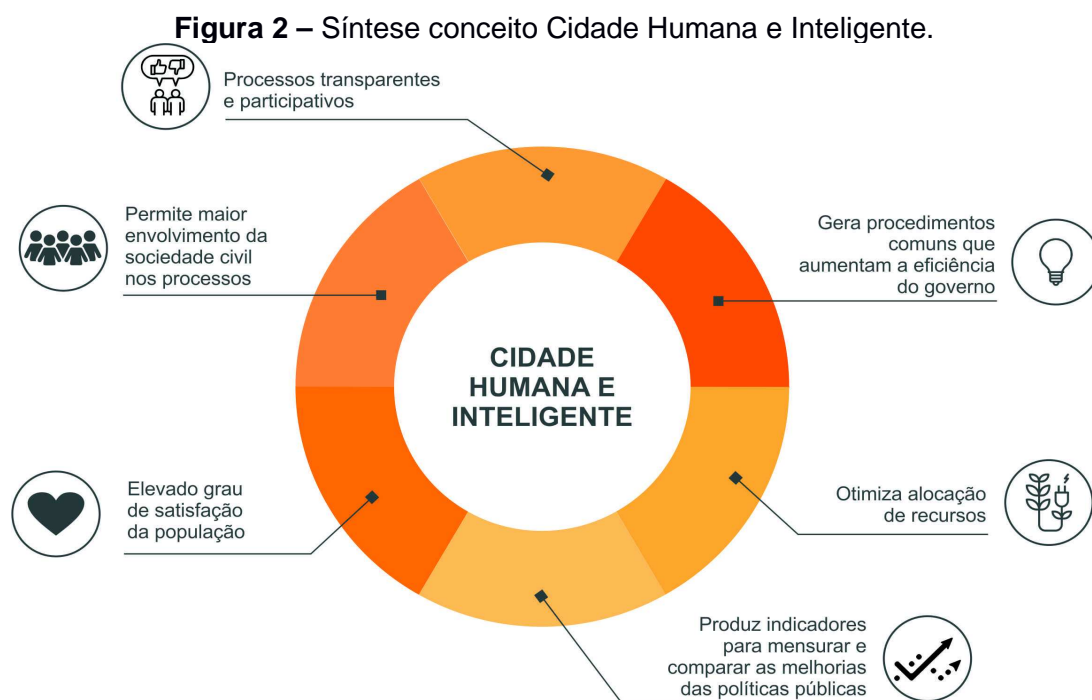
Gehl, arquiteto e urbanista, por sua vez, contou com o conhecimento de sua companheira na área de Psicologia.

Em decorrência de seu caráter aglutinador, essas perspectivas interdisciplinares compõem a fundamentação do Projeto ETHOS, por proporcionarem maior sincronia com o design centrado no humano.

2.2 A cidade no âmbito da gerência de planejamento urbano da SEPUD

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, *web*), em 2050, 70% da população global, número equivalente a mais de 6 bilhões de pessoas, viverão em cidades. Alguns dos desafios nesse contexto relacionam-se com o planejamento, gerenciamento e modelo de governança para que as cidades possam se adequar ao novo cenário de maneira sustentável.

O conceito de *Smart City* (cidade inteligente) é baseado na combinação entre tecnologia, melhoria do modelo de governança, do planejamento, da infraestrutura e suas respectivas formas de relação com a população. Para que uma cidade seja considerada 'inteligente', de acordo com Bouskela *et al.* (2016), há algumas diretrizes a serem seguidas, conforme ilustra a figura 2, a seguir:



Fonte: Autora (2018) baseado em Bouskela *et al.* (2016).

Uma Cidade Inteligente é aquela que coloca as pessoas no centro do desenvolvimento, incorpora tecnologias da informação e comunicação na gestão urbana e utiliza esses elementos como ferramentas para estimular a formação de um governo eficiente, que incentive o planejamento colaborativo e a participação cidadã. Observa-se, assim, que esse conceito está alinhado aos objetivos deste estudo.

No Brasil, o Estatuto da Cidade, lei federal de n.º 10.257 de 2001, foi criado para regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal que tratam da política de desenvolvimento urbano, da função social e da propriedade, com o objetivo de democratizar a gestão das cidades. Para isso, inclui algumas diretrizes para execução de políticas urbanas, como a gestão democrática, cooperação entre governos, planejamento e garantia do direito às cidades sustentáveis.

Os enfrentamentos relacionados à contemporaneidade evidenciam desafios latentes na malha social. Sua configuração foi alterada, significativamente, durante os séculos, o que impactou nos novos modos de construir as cidades. A estrutura complexa de seu corpo contempla interesses de diversas esferas, desde o setor público até o setor privado (BONSIEPE, 2011). Refletir sobre os modelos de participação e função da sociedade no desenvolvimento sustentável das cidades é também um exercício de democracia e equidade.

A cidade de Joinville, Santa Catarina, faz parte da Rede Brasileira de Cidades Humanas Inteligentes e desenvolve projetos que se alinham às diretrizes propostas, como o processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, mencionado na contextualização desta pesquisa.

Durante a condução do projeto, foi possível detectar algumas lacunas, como o baixo engajamento popular e a insatisfação com os modelos comuns de audiências públicas, relatadas pelos usuários.

Em resposta a esse cenário, a presente pesquisa se propõe a elaborar diretrizes para um processo que gere maior participação popular e resulte numa gestão democrática para a formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, visando o desenvolvimento integrado e sustentável, que culmine na melhoria da qualidade de vida da população.

2.3 Aportes Metodológicos para Design Participativo e a Atuação do Designer como Mediador

As mudanças no perfil da população somadas aos desafios contemporâneos culminaram na alteração do ofício do Design. Em decorrência disso, novas estratégias projetuais foram adotadas, e, com elas, abordagens orientadas para as necessidades humanas.

O designer, por sua vez, recebeu novas atribuições, distanciando-se do mero foco de produtor e assumindo tarefas que vão desde a condução de estudos, gerenciamento de projetos, mediação de processos e transformação da realidade, por meio de incentivo à participação. Tais mudanças impactaram nas metodologias projetuais, que resultaram em novas abordagens como o design centrado no humano, *design for change*, design participativo, design de serviços, dentre outros. Trata-se, portanto, de um profissional multifacetado frente às temáticas multidisciplinares (BONSIEPE, 2011; NORMAN, 2006; VIANA *et al.*, 2012; ROSA & MORAES, 2012). Todavia, há diversos enfrentamentos que afetam diretamente o processo de desenvolvimento projetual. De acordo com Bonsiepe (2011, p. 29)

A contradição mais forte à qual a atividade projetual está exposta jaz na distância entre o que é socialmente desejável, tecnicamente factível, ambientalmente recomendável, economicamente viável e culturalmente defensível.

Portanto, faz-se necessário compreender os diversos campos interligados a um determinado problema, em nível social, de modo a ouvir, de forma empática, os interesses do público para o qual se projeta.

No contexto desta pesquisa, o profissional criativo pode atuar em diversos campos, como governança, planejamento urbano e ambiental, políticas públicas e relações sociais, promovendo a colaboração em projetos de inovação social e potencializando a interação entre os envolvidos em algum projeto/plano ou meios de comunicação, em espaços públicos e privados.

Os processos de cocriação multidisciplinares e interdisciplinares que engajam e fortalecem os laços pessoais e profissionais, independentemente do contexto, são a força motriz que sustentam essa pesquisa.

No artigo 'Dos conceitos de mediação, aprendizagem e colaboração às práticas de design participativo vinculadas ao Projeto ETHOS' (EVERLING; SOUZA; CANÃS MARTINS; DUARTE; KORNER; GANSKE, 2018), os autores discutem sobre diferentes

formas de conduzir práticas de pesquisa, visando à participação e envolvimento dos usuários/pessoas, considerando que eles são os mais indicados para apontar fragilidades e necessidades em suas realidades. Para isso, foram consultadas as obras de autores como Manzini (2008, 2014), Lee (2012), Sanders (2002), e Sanders e Stappers (2008). Resgataram-se, também, conceitos de aprendizagem, mediação, colaboração e significado, abordados por Everling (2011) em sua tese de doutorado, a fim de analisar como tais práticas poderiam contribuir para os processos participativos.

Ganske (2016), em sua dissertação de mestrado, também discutiu essa questão. Paralelamente, em 2017, a equipe do Projeto ETHOS publicou o artigo ‘Design, participação e engajamento como estratégias para qualificar relações de uso em abordagens de design no âmbito do Projeto ETHOS’ (EVERLING; THEIS; SANTOS; CECYN; RODRIGUES; LAFRONT, 2018). A síntese dessas discussões evidenciou quais aspectos relacionados ao papel de designers e usuários/pessoas – atitudes relevantes para mediação, construção de significados com o grupo e valorização do repertório preliminar, e o papel da colaboração – podem contribuir para os processos participativos.

Tabela 3 – Considerações relevantes para processos participativos.

Designers e usuários em processos participativos
Designers podem ser catalisadores de transformações (contribuindo com seu conhecimento, sensibilidade, técnica, criatividade), facilitando e mediando o fluxo criativo, valorizando soluções simples, mas efetivas.
O participante (usuário ou pessoa para a qual se destina o projeto) é especialista da sua necessidade e suas estratégias de pesquisa devem considerar aspirações e o universo subjetivo das pessoas-participantes-usuárias.
Atitudes relevantes para mediar processos participativos
Situar a pessoa no centro do processo.
Valorizar sua autonomia e a interaprendizagem.
Inter-relacionar contexto, realidade social e ética.
Mobilizar, promover a colaboração e o debate.
Atentar para as nuances emocionais da comunicação.
Construção de significados com o grupo e consideração do repertório preliminar
Considerar o repertório e conhecimento pré-existente do participante.
Enfatizar atitudes como disponibilidade, confiança, entusiasmo.
Valorizar associações derivadas das experiências dos participantes.

Valorizar estratégias que envolvam experiências, simulação e imersão em situações reais, auxiliando a apreensão do universo subjetivo do participante.

Colaboração em Processos Participativos

Cultivo de atitudes de busca e compartilhamento.

Criação de estratégias para o compartilhamento de percepções e visualização das informações.

Disponibilidade para o novo, associando descobertas ao espírito de aventura.

Disponibilidade para o coletivo estimulando o desenvolvimento das habilidades interpessoais como argumentação e defesa de suas opiniões, e disposição para considerar o pensamento do outro, articulando ideias de forma colaborativa.

Estímulo direcionado ao compartilhamento de informações, ao cultivo de atitudes e comportamentos que favoreçam o trabalho em equipe e reações humoradas diante dos imprevistos.

Fonte: Everling *et al.* 2018 baseada em Ausubel (2003); Moran (2000); Palloff e Pratt, Delors (1998); Gadotti (2000); Ganske (2016) baseado em Cross (2004); Sanders (2002); Sanders e Stappers (2008); e Lee (2012).

Ao finalizar o artigo 'Dos conceitos de mediação, aprendizagem e colaboração às práticas de design participativo vinculadas ao Projeto Ethos', (EVERLING *et al.*, 2018), os pesquisadores concluíram que o engajamento dos participantes depende da preparação para mediação e da habilidade em conduzir sessões participativas; da elaboração de ferramentas para instrumentalizar processos, bem como, para a visualização de ideias e emergências de padrões, facilitando o fluxo de atividades; da disponibilidade de ferramentas e instrumentos de ideação e expressão, visando a condução da experiência e da criatividade; além disso, em algumas situações, roteiros com passos bem definidos e clareza quanto aos objetivos esperados em cada etapa também podem contribuir.

Para Sanders (2002), processos participativos viabilizam o acesso ao universo subjetivo, constituído por valores, crenças e cultura do participante, o que requer do mediador ética e respeito para estabelecer confiança.

2.4 Processos Participativos, Design Centrado no Humano, *Design for Change*

Em sua obra '*Design, When Everybody Designs – An Introduction to Design for Social Innovation*', Ezio Manzini (2015) associa a inovação social a uma concepção de transformação e sustentabilidade em um mundo no qual todos são criativos e a convergência de idéias pode catalisar mudanças mais significativas. Neste contexto, designers podem contribuir e dar suporte a projetos individuais e coletivos a fim de que as transformações aconteçam. Para o autor, em um mundo em transformação, é preciso assumir um processo de 'idealizar' e 'realizar' imbuídos de senso estratégico e reflexivo que oriente o nosso olhar para nós mesmos e o nosso contexto, e decidir onde e como atuar para melhorar o estado das coisas.

Considera-se a definição proposta por Manzini muito próxima do *Design for Change*, proposto por Sethi; e da definição de design proposto pelo *World Design Organization*, bem como o Design Centrado no Humano.

2.4.1. Design Centrado no Humano

Em ergonomia, autores que afirmam 'projetar para pessoas' e incluir o usuário no centro do processo – *Designing for people* (1955), por Henry Dreyfuss –, são encontrados com maior frequência, e em obras mais remotas, do que no Design.

Em 1998, o termo 'foco centrado no usuário' estava presente na publicação brasileira '*Ergonomia conceitos e aplicações*', de Anamaria de Moraes e Claudia Mont'Alvão.

Em 1986 e 1988 são publicadas as primeiras obras, em língua inglesa, de Donald Norman, são elas: *User Centered System Design: New Perspectives on Human-Computer Interaction* e '*The Design of Everyday Things*'⁵, conectando usabilidade, interface digital, design e psicologia.

Na década de 90, em decorrência do desenvolvimento das interfaces gráficas, Jacob Nielsen associa os termos design, interface e usuário/usabilidade⁶.

Chaves (2019), ao revisar referências dos anos 2000, observa que, nesta década, existiu uma abordagem mais próxima do que hoje denominamos 'Design Centrado no Humano', embora os conteúdos tenham transitado mais lentamente entre abordagens

5 Jnd.Org

6 Nielsen Norman Group

tradicionais associadas a fatores humanos, como ergonomia e usabilidade, para aspectos mais subjetivos do design, como emoções, afetividade e percepção.

Jung-Joo Lee (2012) estrutura a linha do tempo evidenciando a transição do ‘design centrado no usuário’ para o ‘design centrado no humano’. A progressão entre as duas polaridades passa pela inclusão de ênfases, métodos e ferramentas associados ao contexto e experiência do usuário. A figura 3, a seguir, evidencia a evolução do papel do designer de autor para facilitador e sintetizador:

Figura 3 – Transição da abordagem centrada no humano.

ABORDAGEM CENTRADA NO SER HUMANO- transição				
TÓPICOS/ ALVOS DO DESIGN	EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO			CO-DESIGN/ CRIATIVIDADE COLETIVA
	USABILIDADE	CONTEXTO		
	-Proteger os usuários de erros e prejuízos -Segurança, eficiência, facilidade de uso (NORMAN, 1988; NIELSEN, 1993)	-Coadjuvante (colaboração) prática de trabalho -Relevância de um computador sistema em um contexto sócio-cultural (SUCHMAN, 1987; BANNON, 1991)	-Agradável, divertindo os usuários -Explorar um novo design e novas oportunidades (JORDAN, 1999; BLYTHE et al., 2003; KOSKINEN, BATTARBEE, & MATTELMÄKI, 2003)	-Inovação pela criatividade conjunta com não-designers -Colaboração entre várias partes interessadas -Expansão do papel do design para soluções aos problemas sociais (SANDERS & STAPPERS, 2008; BINDER & BRANDT, 2008)
MÉTODO ALVO	Especificação de problemas e necessidades dos utilizadores	Compreensão contextual das práticas existentes	Compreensão empática da experiência holística do usuário, visando a inspiração projetual	Facilitação do design de colaboração, prevendo práticas futuras
EXEMPLOS MÉTODOS	Testes de usabilidade -pensar em voz alta -passo a passo cognitivo -questionários -entrevistas/grupos focais	Em campo -projeto etnografico -investigação contextual	Visual, criativo, amigável -exploração -fazer ferramentas -criação de cenários e personas	Oficina criativa -co-design oficina -game design -drama

Fonte: Lee (2012, p. 20 *apud* Ganske, 2016)

Alguns autores, dentre eles, Elizabeth Sanders (2002), estabelecem limites muito claros entre design centrado no usuário, design centrado no humano e processos participativos/cocriativos, considerando cada uma das abordagens como uma versão aprimorada da anterior. No âmbito da presente pesquisa, a perspectiva adotada não é essa, mas a de que cada uma delas tem contribuições a fazer. Para isso, partiu-se do princípio de que, as propostas devem adequar-se ao problema abordado neste trabalho.

2.4.2. *Design for Change*

O '*Design for Change*' visa à construção coletiva, que ouve, engaja, cria, dissemina e transforma desejos em estratégias e diretrizes. Ressalta-se que ele é uma adaptação de processos similares ao *design thinking* e ao design participativo, bem como das abordagens do *Design Centrado no Humano*, com finalidades educacionais. Ele faz uso de diferentes nomenclaturas para cada etapa, sendo elas: sentir, imaginar, fazer e compartilhar. A escolha de palavras é de fácil compreensão tanto para profissionais da área quanto para leigos.

Um dos objetivos da proposta criada pela designer e educadora Kiran Sethi (*web*), também disseminadora do movimento, é educar o cidadão criativo, capaz de atuar e transformar sua própria realidade (DESIGN FOR CHANGE, *WEB*). Nota-se que, para além da adequação das etapas, o significado do nome *Design for Change*, que pode ser traduzido como 'Design para a Mudança' ou 'Design para a transformação', mostra-se adequado aos objetivos da pesquisa.

Sethi (*web*), ao discorrer sobre a viabilidade do processo, considera que um dos desafios inerentes ao trabalho do designer reside no fato de que a criatividade coletiva é difusa e precisa ser incentivada. A autora vê potencial em propostas que contemplem a participação de designers e pesquisadores que se identificam com essa cultura, ao considerá-los como atores sociais que, utilizando ferramentas culturais e operacionais do seu domínio, possam dar suporte a processos de design dos quais todos possam participar.

3 ESTUDO DE CASO COM FOCO NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE JOINVILLE

Em decorrência do desempenho positivo nas atividades propostas pelo Joinville#30, da experiência em arquitetura e urbanismo, e em processos participativos, a pesquisadora foi convidada a assumir a Gerência de Planejamento Urbano da Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável (SEPUD) de Joinville.

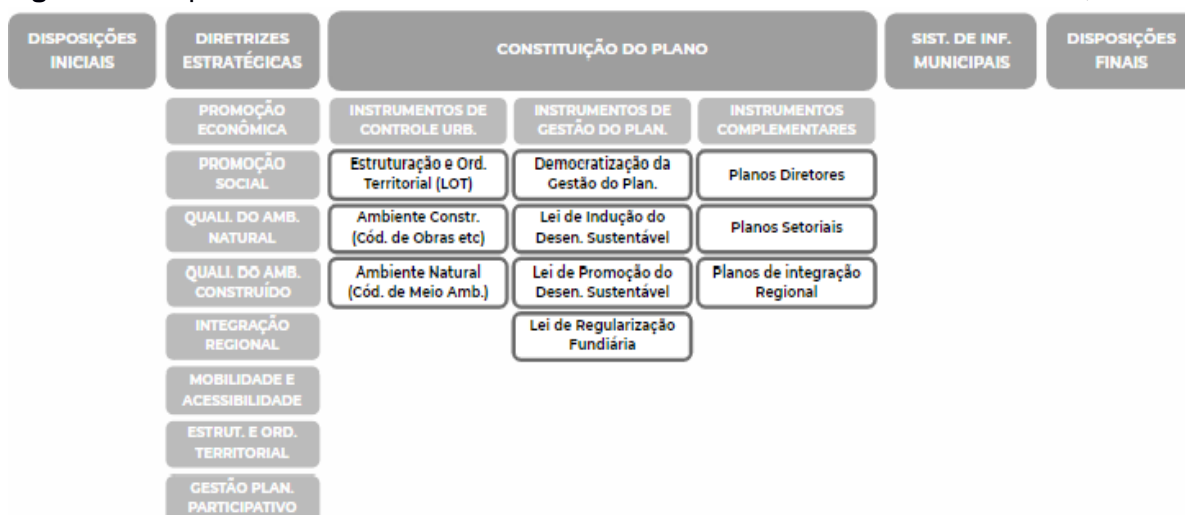
Como primeiro ato, estruturou uma equipe de oito arquitetos e urbanistas para trabalhar unicamente no processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville. Vivenciar esse processo, de maneira tão próxima e intensa, contribuiu deveras para a elaboração deste relatório técnico.

3.1 Joinville e o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável

Localizada na região sul do país, Joinville é a maior cidade catarinense, e município pólo da microrregião Nordeste do Estado de Santa Catarina, com cerca de 590.466 habitantes (IBGE, 2019), e responsável por cerca de 20% das exportações catarinenses. É também pólo industrial da região Sul e concentra grande parte da atividade econômica na indústria, com destaque para os setores metalmeccânico, têxtil, plástico, metalúrgico, químico e farmacêutico

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville foi instituído por meio da Lei Complementar nº 261/2008 e precisa ser revisado a cada dez anos, conforme exigências do artigo 40, § 3º do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001). O Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal. É a lei que norteia as demais leis e planos estratégicos de uma cidade e, no caso de Joinville, é subdividido em cinco capítulos, sendo eles: (1) Disposições Iniciais, (2) Diretrizes Estratégicas, (3) Constituição do Plano, (4) Sistema de Informações Municipais e (5) Disposições Finais. A visão completa do Plano Diretor pode ser conferida na figura 4, a seguir:

Figura 4 – Capítulos do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville, 2008.



Fonte: Autora (2018).

O processo de Revisão do Plano Diretor tem alguns objetivos determinados no Estatuto da Cidade como, revisar diretrizes estabelecidas, incluir novas demandas, compatibilizar ações e estratégias dentro de um processo participativo e transparente. Sendo assim, primeiramente, optou-se por determinar qual metodologia se aproximava mais dos objetivos pré-estabelecidos. Com inclinação a abordagens participativas, a pesquisadora optou por utilizar o *design for change*, por se tratar de uma metodologia que tornaria o assunto acessível e construtivo, incluindo, assim, um número maior de participantes.

3.2 Condução do Processo

A pesquisadora, como facilitadora, dividiu a equipe em dois grupos. Um iniciou a análise do Plano Diretor de 2008 e das leis específicas, exigidas para o andamento do processo. O segundo grupo, com maior experiência em ações participativas, fez estudos de caso sobre outras cidades, determinou as etapas, objetivos e ferramentas de condução do processo. As escolhas das ferramentas e práticas adotadas para cada oficina partiram das diretrizes do *design for chance* e do questionamento sobre qual resultado os grupos gostariam de obter.

Devido à complexidade do processo, optou-se por dividi-lo em cinco etapas, sendo elas: (1) Diagnóstico, (2) Propostas, (3) Validação, (4) Aprovação dos Comitês, (5) Câmara de Vereadores.

3.3 Diagnóstico: o Início

A primeira etapa do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável consistia na realização de um diagnóstico prévio, com o intuito de apresentar o contexto atual da cidade em relação ao Plano Diretor vigente e compreender a opinião da população sobre todas as temáticas envolvidas. Para isso, seguiram-se os seguintes passos:

Tabela 4 – Passos do diagnóstico.

Passos do diagnóstico
a. Levantamento de dados, através de uma análise técnica realizada pelos departamentos da Prefeitura envolvidos. Deste levantamento, resultaram relatórios avaliativos quanto ao conteúdo do Plano Diretor (objetivos atendidos e principais evoluções no decorrer dos últimos 10 anos);
b. Estruturação de equipes técnicas e Comitês, por meio do Decreto nº 31.107/2018, de forma a assegurar um processo participativo, em todas as etapas do processo de revisão e atualização do Plano Diretor;
c. Os Comitês instituídos acompanharam todo o desenvolvimento do processo de revisão, sendo cada etapa apresentada e validada pelos mesmos;
d. Elaboração da Proposta Metodológica do Processo de Revisão: Formulação do processo metodológico e levantamento de legislação e atos regulamentadores, seguido da validação junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Joinville (Conselho da Cidade);
e. A realização de consultas públicas no formato de Oficinas de Diagnóstico, com objetivo de avaliar e refletir, junto à população, sobre os desafios que se apresentam atualmente em cada uma das temáticas colocadas no Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável 2008.

Fonte: Autora (2019).

Essas consultas foram distribuídas nas regiões das oito Subprefeituras de Joinville (abrangendo 42 bairros), com o intuito de oportunizar melhor acesso aos eventos e democratizar o processo de revisão.

3.3.1 Processo das Oficinas de Diagnóstico

As oficinas foram baseadas no processo de *Design for change* e seguiram o roteiro descrito na tabela 5:

Tabela 5 – Roteiro das oficinas de diagnóstico.

Roteiro das oficinas
Apresentação da pauta e divisão dos participantes em equipes.
Explicação e contextualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville.
Bloco 01
Apresentação dos diagnósticos referentes à primeira parte da oficina: (1) Qualificação do ambiente natural e construído, (2) Mobilidade e integração regional e (3) Promoção econômica. (Ambiente Natural, Ambiente Construído, Integração Regional e Estruturação Territorial, Mobilidade, Desenvolvimento econômico).
Apresentação das regras da oficina - explicação das regras gerais da oficina, para que todos os participantes estejam alinhados e produzam melhor as atividades propostas.
Ferramenta <i>brainstorming</i> de avaliação – relevância, pontos fortes e pontos fracos sobre a temática.
Ferramenta – <i>World Café</i> – espaço para que os participantes possam discutir outros temas.
Dinâmica de priorização – seleção dos pontos mais relevantes pelas equipes.
Dinâmica de síntese – frase síntese sobre cada ponto de priorização.
Compartilhar resultados.
Bloco 02
Apresentação das regras da oficina - explicação das regras gerais da oficina, para que todos os participantes estejam alinhados e produzam melhor as atividades propostas.
Apresentação dos diagnósticos referentes à SEGUNDA parte da oficina: Promoção Social (Saúde, Habitação, Assistência Social, Segurança, Educação, Lazer e Esporte, Patrimônio, Cultura e Turismo).
Ferramenta <i>brainstorming</i> de avaliação – relevância, pontos fortes e pontos fracos sobre a temática.
Ferramenta – <i>World Café</i> – espaço para que os participantes possam discutir outros temas.
Dinâmica de priorização – seleção dos pontos mais relevantes pelas equipes.
Dinâmica de síntese - frase síntese sobre cada ponto de priorização.

Compartilhar resultados.

Percepções dos Participantes sobre a metodologia.

Encerramento.

Fonte: Autora (2019).

A etapa completa ocorreu entre janeiro e junho de 2018 e foi finalizada de acordo com o cronograma planejado. As Oficinas de Diagnóstico, subsidiadas pelo processo do *Design for Change*, ocorreram entre 12 e 22 de junho de 2018, nas oito regiões das Subprefeituras da cidade, e contou com 385 participantes.

3.4 Propostas: O Transformar

A segunda etapa do processo foi dedicada ao levantamento de propostas. O objetivo foi refletir sobre a situação atual da cidade, baseado nos resultados da etapa anterior, e levantar propostas para construir a cidade que queremos. O processo considerou: (1) sistematizar os resultados da etapa anterior, obtidas nas oficinas de diagnóstico e publicação do material com os resultados; (2) realizar consultas públicas no formato de Oficinas de Propostas, com intuito de cocriar, sistematizar e priorizar, de forma colaborativa, propostas de melhoria para o Plano Diretor.

Nesta etapa, além do convite aberto à população, foram convidados representantes de diversos segmentos da sociedade, de forma a oportunizar um debate aprofundado sobre cada uma das temáticas. Outros insumos utilizados nesta etapa foram os relatórios técnicos dos departamentos da Prefeitura, com propostas para o Plano Diretor.

3.4.1 Processo das Oficinas de Propostas

As oficinas foram baseadas no processo de *Design for change* e seguiram o roteiro da tabela 6:

Tabela 6 – Roteiro das oficinas de propostas.

Roteiro das oficinas de propostas
Apresentação da pauta e divisão dos participantes em equipes.
Explicação e contextualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville.
Apresentação da Síntese das Oficinas de Diagnóstico.
Apresentação das regras da oficina - explicação das regras gerais da oficina, para que todos os participantes estejam alinhados e produzam melhor as atividades propostas.
Bloco 01
Dinâmica de propostas – elaboração coletiva de propostas sobre as temáticas: Integração Regional, Mobilidade e Acessibilidade, Estruturação e Ordenamento Territorial, Qualificação do Ambiente Construído, Qualificação do Ambiente Natural, Segurança e Saúde.
Ferramenta – <i>World Café</i> – espaço para que os participantes possam discutir outros temas.
Dinâmica de priorização - seleção das propostas mais relevantes pelas equipes.
Dinâmica de aprofundamento - detalhamento das propostas priorizadas.
Compartilhar resultados.
Bloco 02
Apresentação das regras da oficina - explicação das regras gerais da oficina, para que todos os participantes estejam alinhados e produzam melhor as atividades propostas.
Dinâmica de propostas – elaboração coletiva de propostas sobre as temáticas: Promoção Social (Saúde, Habitação, Assistência Social, Segurança, Educação, Lazer e Esporte, Patrimônio, Cultura e Turismo).
Ferramenta <i>brainstorming</i> de avaliação – relevância, pontos fortes e pontos fracos sobre a temática.
Ferramenta – <i>World Café</i> – espaço para que os participantes possam discutir outros temas.
Dinâmica de priorização - seleção dos pontos mais relevantes pelas equipes.
Dinâmica de síntese - frase síntese sobre cada ponto de priorização.
Compartilhar resultados.
Percepções dos Participantes sobre a metodologia
Encerramento

Fonte: Autora (2019).

Esta etapa ocorreu entre junho e agosto de 2018, e foi subdividida em duas partes. A primeira delas foi a Oficinas de Propostas, realizada entre 16 e 26 de julho de 2018, nas oito regiões das Subprefeituras da cidade, com 389 participações. No segundo momento, para potencializar a participação popular, paralelo às oficinas, as propostas foram mapeadas por meio de formulários físicos e digitais. Foram contabilizadas 134 participações no formulário digital e 14 no físico.

As duas etapas foram essenciais para o fomento da discussão acerca da situação atual da cidade e aquela que desejamos. Após a junção dos resultados obtidos às contribuições das secretarias, a equipe técnica pôde analisar cada sugestão e gerar a primeira Minuta de Lei, conforme demonstra a figura 5:

Figura 5 – Dados para Minuta da Revisão do Plano Diretor.

RESULTADOS DAS OFICINAS + CONTRIBUIÇÃO DAS SECRETARIAS + ANÁLISE TÉCNICA



MINUTA DE REVISÃO

Fonte: Autora (2018).

3.5 Validação: O Retorno à Comunidade

A terceira etapa do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável foi dedicada à revisão e validação da Minuta. Além das audiências, foram disponibilizados formulários físicos nas oito Subprefeituras e na sede da SEPUD, e formulários digitais para validação da proposta de minuta junto à sociedade civil. Após a sistematização das sugestões, tanto dos formulários quanto das audiências, foram realizados os ajustes na minuta, intitulada Segunda Versão.

3.5.1 Processo das Oficinas de Validação

As oficinas foram baseadas no processo de *Design for change* e seguiram o roteiro apresentado na tabela 7:

Tabela 7 – Oficinas do processo de validação.

Oficinas do processo de validação
Apresentação da pauta e divisão dos participantes em equipes.
Explicação e contextualização do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville.
Apresentação da Síntese das Oficinas de Diagnóstico e Propostas.
Apresentação das regras da oficina - explicação das regras gerais da oficina, para que todos os participantes estejam alinhados e produzam melhor as atividades propostas.
Bloco 01
Apresentação das alterações na Minuta: Estrutura da Minuta, Integração Regional, Mobilidade e Acessibilidade, Estruturação e Ordenamento Territorial, Qualificação do Ambiente Construído, Qualificação do Ambiente Natural, Segurança e Saúde.
Dinâmica de validação – discussão, avaliação e validação coletiva das propostas sobre as temáticas.
Ferramenta – <i>World Café</i> – espaço para que os participantes possam discutir outros temas.
Compartilhar resultados.
Bloco 02
Apresentação das alterações na Minuta: Promoção Social (Saúde, Habitação, Assistência Social, Segurança, Educação, Lazer e Esporte, Patrimônio, Cultura e Turismo).
Dinâmica de validação – discussão, avaliação e validação coletiva das propostas sobre as temáticas.
Ferramenta – <i>World Café</i> – espaço para que os participantes possam discutir outros temas.
Compartilhar resultados
Percepções dos Participantes sobre a metodologia
Encerramento

Fonte: Autora (2018).

Esta etapa teve início no dia 10 de agosto de 2018, com o lançamento da primeira versão da Minuta Participativa. Tratava-se de um formulário eletrônico que permitia ao cidadão comparar a lei vigente com as alterações propostas, e tecer críticas e sugestões. As Oficinas de Validação aconteceram de 27 de agosto a 05 de setembro de 2018, também nas oito regiões da cidade. Durante as oficinas, foram apresentadas as informações obtidas, além das inclusões e alterações sugeridas. Os participantes também puderam fazer novas sugestões para o aperfeiçoamento do documento.

Para cada sequência de Consultas e Audiências Públicas realizadas, foram disponibilizados, com antecedência, cadernos de informações de base. Esses cadernos também foram entregues aos participantes durante as oficinas. Ao término de cada uma, foram publicados relatórios e vídeos com a síntese dos resultados.

3.6 Aprovação dos Comitês

Após a segunda revisão, a proposta de Minuta de Lei de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Joinville foi encaminhada para avaliação do Conselho da Cidade. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável de Joinville é uma instância de participação responsável por auxiliar no planejamento municipal e aconselhar sobre políticas que envolvam ordenamento territorial urbano e rural, integração regional, promoção socioeconômica sustentável, qualificação ambiental, transporte e mobilidade urbana (Lei nº 380/2012); com conselheiros que representam a sociedade civil e servidores públicos. As reuniões para análise do material aconteceram no mês de outubro, em sete encontros, que totalizaram 17 horas 37 minutos.

A versão final da minuta foi aprovada junto ao Comitê Gestor do Processo de Revisão (Conselho da Cidade), no dia 07 de novembro de 2018, na reunião nº 27 do 3º mandato (2016/2019).

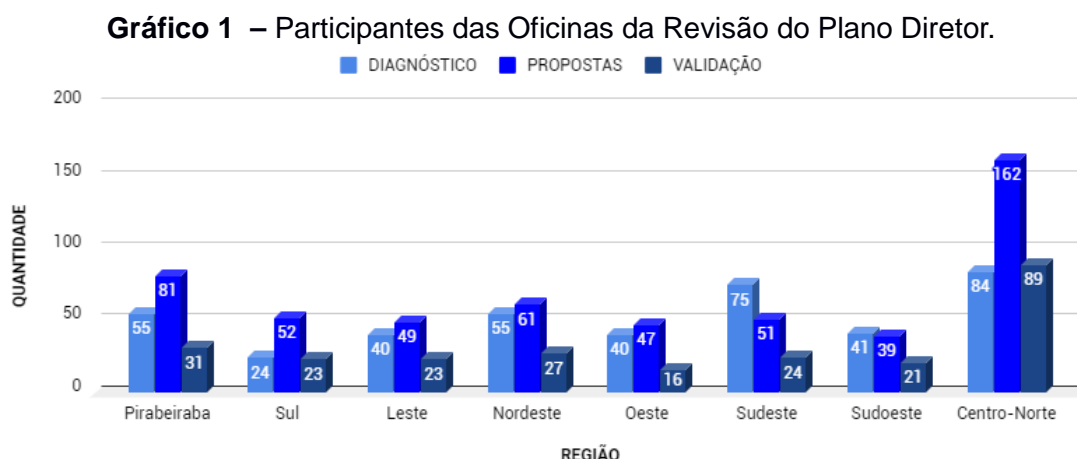
3.7 Câmara de Vereadores

Finalizado o Processo de Revisão pelo Poder Executivo, o Projeto de Lei Complementar da Revisão do Plano Diretor de Joinville foi encaminhado à Câmara de Vereadores de Joinville (CVJ), no dia 11 de dezembro de 2018.

Até a data de conclusão desta pesquisa, 13 de dezembro de 2019, o processo ainda não havia sido discutido na Câmara de Vereadores de Joinville.

3.8 Participação

Audiências Públicas, no formato de Oficinas Participativas, foram pioneiras na Prefeitura de Joinville e na Revisão do Plano Diretor. Encarar o desafio de repensar esse formato, seguindo todas as leis e especificidades necessárias para um processo idôneo, foi uma tarefa complexa e intensa, porém recompensadora. Ao todo, 1.210 participantes estiveram envolvidos, presencialmente, nas oficinas, conforme demonstra o gráfico 1:



Fonte: Autora, baseada nos dados publicados no site <www.joinville.sc.gov.br> (2018).

O retorno da maioria dos depoimentos pós-oficina foi positivo. Os depoimentos podem ser conferidos, por meio de consulta ao link:<<https://www.youtube.com/watch?v=PFsIEJknoCc&list=PL4yqrLip3VZmDHgESx2IDhzBVmYqcFIhb>>.

O desenvolvimento deste processo e todos os documentos que o compõem podem ser visualizados no site da Prefeitura de Joinville, por meio do link:

<https://www.joinville.sc.gov.br/eventos/revisao-do-plano-diretor-do-municipio-de-joinville-2018/>.

Optou-se por explicitar as etapas e seus resultados de maneira sucinta neste relatório técnico, pois o material publicado sobre esse processo tem aproximadamente 1.100 páginas e, aqui, o foco reside na reflexão e melhoria do projeto desenvolvido.

Participar desta ação, desde o desenvolvimento da metodologia à preparação, execução das oficinas, contato com a população, análise e compartilhamento dos resultados, trouxe, para a pesquisadora, a compreensão de que é necessário mais do que viver na cidade. É fundamental que a população tenha a oportunidade de cocriá-la.

4 REFLEXÃO PARTICIPATIVA ACERCA DA PRÁTICA

Este capítulo apresenta o processo de construção coletiva das diretrizes para futura condução de processos participativos, baseados na experiência descrita anteriormente. Sua estrutura compreende os objetivos das oficinas e caracterização dos participantes; descreve as ações de preparo das oficinas; as leis e normas que subsidiaram o processo; o preparo dos participantes; as oficinas em si; o diagnóstico obtido; a proposta elaborada com base nos resultados; o processo de validação; a elaboração das diretrizes e, por fim, as percepções gerais do percurso trilhado.

4.1 Objetivos da Oficina e Caracterização dos Participantes

O objetivo desta pesquisa consistia em analisar os conceitos das abordagens participativas aplicadas à Revisão do Plano Diretor de Joinville, a fim de verificar a possibilidade de cocriação do processo participativo na gestão pública. Para isso, a pesquisadora preparou uma oficina de análise e avaliação que contou com a presença do coletivo que acompanhou todo o desenvolvimento do processo.

O conceito de coletividade adotado neste trabalho remete à ideia de “pertencimento a várias pessoas”. Por meio de sua participação, o coletivo ressignificou a experiência de cocriar, trazendo à pesquisadora uma nova visão de horizontalidade e possibilidade de mudança da realidade, de forma conjunta, completa e num ciclo de aprendizagem constante.

A seguir, serão descritos os perfis destes participantes, considerando que, por meio dele, é possível compreender seu contexto de atuação e experiência individual e coletiva:

Tabela 8 – Caracterização dos Participantes do Coletivo.

Participante	Profissão	Idade	Tempo de atuação na gestão pública	Função no processo de Revisão do Plano Diretor	Participação na oficina de análise do processo
Participante 1	Arquiteto e Urbanista	53 anos	25 anos	Cocriador e participante ativo de todo processo.	X
Participante 2	Arquiteto e Urbanista	30 anos	3 anos	Cocriador e participante ativo de todo processo.	X
Participante 3	Arquiteto e Urbanista	30 anos	3 anos	Cocriador e participante ativo de todo processo.	
Participante 4	Arquiteto e Urbanista	27 anos	4 anos	Cocriador e participante ativo de todo processo.	X
Participante 5	Arquiteto e Urbanista	27 anos	3 anos	Cocriador e participante ativo de todo processo.	X
Participante 6	Arquiteto e Urbanista	27 anos	3 anos	Cocriador e participante ativo de todo processo.	X
Participante 7	Arquiteto e Urbanista	27 anos	3 anos	Cocriador e participante ativo de todo processo.	
Participante 8	Engenheiro Civil	25 anos	4 anos	Equipe técnica nas oficinas	X
Participante 9	Engenheiro Civil	22 anos	4 anos	Equipe técnica nas oficinas	X
Participante 10	Engenheiro de Transportes e Logística	27 anos	4 anos	Equipe técnica nas oficinas	X
Participante 11	Pedagoga / Secretaria executiva	51 anos	10 anos	Equipe técnica nas oficinas	X
Participante 12	Estagiário de Arquitetura e Urbanismo	23 anos	1 ano	Não estava na equipe no período da Revisão do Plano Diretor	X
Participante 13	Estagiário de Arquitetura e Urbanismo	22 anos	1 ano	Não estava na equipe no período da Revisão do Plano Diretor	X
Participante 14	Estagiário de Arquitetura e Urbanismo	21 anos	6 meses	Compilação dos dados pré e pós oficinas	

Fonte: Autora (2019).

O coletivo contou com pessoas capacitadas tecnicamente para o processo de Revisão do Plano Diretor, além da pesquisadora, que também atuou como facilitadora. Esse fluxo de alinhamento foi de extrema importância para o desenvolvimento das etapas, em especial, nos momentos de análise e avaliação que serão descrito a seguir.

Figura 6 – Participantes do Coletivo.



Fonte: Autora (2018).

O objetivo da oficina foi analisar o percurso do processo de revisão do Plano Diretor, e cocriar diretrizes de aperfeiçoamento após a experiência do grupo.

4.2 Preparo da Oficina

Para analisar, avaliar e desenvolver diretrizes de aperfeiçoamento do processo de Revisão do Plano Diretor, a pesquisadora preparou uma oficina com o coletivo. Para isso, foi desenvolvido um modelo textual de descrição das etapas executadas, considerando o leitor que não tivesse contato com a metodologia. Já o coletivo participou do *brainstorming* de análise e sugestões, expondo suas percepções sobre cada etapa do processo. O texto base, utilizado nesta fase, está disponível no apêndice 04.

A oficina aconteceu no dia 24 de maio de 2019 e durou aproximadamente quatro horas. A reflexão considerou os vários pontos do processo (apresentação, equipe, contexto, leis e normas, preparação dos participantes, oficinas, diagnóstico, proposta, validação e diretrizes) acompanhados das percepções do coletivo e da pesquisadora.

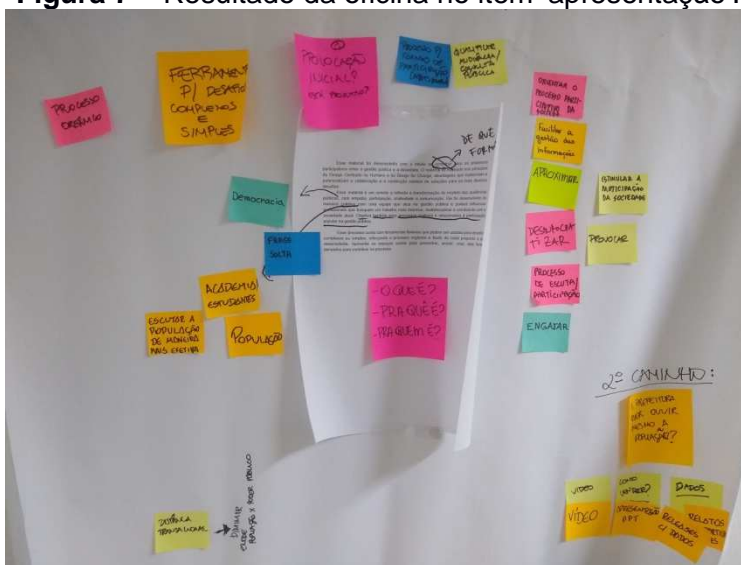
4.3 Sobre a Apresentação

A apresentação do material foi um convite aos participantes e foi elaborado de modo que as palavras-chave pudessem resumir os desafios de cada etapa, além de oferecer ao leitor uma compreensão do todo.

4.3.1 Percepções do coletivo

Após a leitura da descrição inicial, os participantes foram convidados a responderem, por meio de *post its*, sobre itens que julgassem necessários para a etapa, que estivessem descritos ou que deveriam ser considerados. O primeiro ponto apresentado remetia à metodologia. Os questionamentos giravam em torno de seu conceito e funcionalidade. Uma das maiores preocupações do coletivo era expor o resultado, com a ajuda de ferramentas, para que os leitores pudessem acompanhar também.

Figura 7 – Resultado da oficina no item ‘apresentação’.



Fonte: Autora (2019).

4.3.2 Percepções da Pesquisadora

Nesta etapa, algumas definições utilizadas pelo coletivo como “aproximar, provocar, engajar, desburocratizar”, refletiam a visão e experiência adquirida durante o processo desenvolvimento. Promover o engajamento e a busca por resultados tornou a pesquisa relevante aos olhos dos participantes. Isso porque, o processo respondeu a algumas inquietações e trouxe novas perguntas como, por exemplo: Seria essa a melhor forma de expandir este processo?

Perceber a importância da semântica das palavras escolhidas para descrever o processo, bem como a necessidade de explicar conceitos de maneira mais clara e, muitas vezes, tangível, reforça a transformação vivenciada por eles.

Outra percepção adquirida foi compreensão da relação entre gestão pública e questões políticas, e o quanto essa construção gera resultados e expectativas nos participantes. Por isso, foi importante elaborar um discurso que enfatizasse o cuidado para que os resultados alcançados não se desvirtuassem da função social e coletiva a qual este trabalho se propunha.

4.4 Sobre a Equipe

Esta etapa foi dedicada à análise e explicação dos papéis de cada membro, bem como sua importância para que a equipe se mantivesse alinhada e engajada durante o processo.

4.4.1 Percepções do Coletivo

Para esta etapa, a pesquisadora propôs uma distinção entre os termos “facilitador” e “equipe”. O coletivo, por outro lado, sugeriu a junção dos dois, destacando apenas a atuação e expectativas esperadas de cada participante.

Outra sugestão de melhoria envolveu o termo “facilitador”, pois, ao considerar o leitor leigo, seria necessário adaptar seu conhecimento prévio ao primeiro contato com a ferramenta. Adjetivos que caracterizassem uma função também foram sugeridos como forma de facilitar o andamento do processo.

4.4.2 Percepções da Pesquisadora

A ideia de ‘definir os termos e o que se espera de cada um’ foi um momento muito importante durante a oficina. O debate sobre esse aspecto surgiu após a reflexão do processo vivenciado e da necessidade de se ter uma organização individual específica, para que os participantes soubessem quais seriam as suas funções e incumbências.

Analisando o processo, percebeu-se que esse foi um ponto fundamental. Tinha-se um cronograma geral, etapas bem definidas e funções que deveriam ser cumpridas, mas que, de certa forma, haviam sido impostas pela facilitadora, com base no perfil de cada participante. O facilitador, neste ponto, precisa, a todo o momento, garantir a horizontalidade e indagar a cada participante do coletivo o que ele vê, como percebe e como quer contribuir para o processo. Neste momento, o coletivo se lembrou da importância do facilitador como o responsável por romper as barreiras hierárquicas e orientar a todos para um objetivo em comum.

Ao analisar o conceito de “equipe” adotado durante o processo, percebeu-se que os membros consideravam a pesquisadora como igual, e não como alguém cuja função era “exclusiva” ou distante do restante da equipe. Essa percepção contribuiu para elucidar três aspectos: (1) o quanto ainda é complexa a relação de horizontalidade, mesmo após anos de ‘capacitação’ vertical; (2) o quanto quebrar paradigmas, muitas vezes inerentes à sociedade e as diferentes realidades que a compõem, foi o maior desafio desta proposta, em especial, para a pesquisadora; (3) o quanto um coletivo alinhado tem, realmente, condições de construir espaços, ferramentas e soluções de maneira horizontal, despertando o melhor de cada um.

Reconhecer esses aspectos foi um dos pontos fundamentais para que pudéssemos, a todo o momento, refletir sobre o real papel do facilitador, de ser aquele que ouve e conecta.

4.5 Sobre o Contexto

A segunda etapa enfatizou a importância da compreensão do contexto dos processos, projetos ou planos a serem desenvolvidos, e deu suporte ao campo de atuação, aos desafios iniciais e favoreceu o entrosamento da equipe.

4.5.1 Percepções do Coletivo

A proposta inicial consistia em analisar o contexto em que o projeto estava inserido. Na análise do coletivo, sugestões sobre o nivelamento de expectativas e conhecimentos dos membros da equipe foram as mais apontadas.

Outro aspecto relevante observado nesta etapa foram as interações e questionamentos, em formato de oficinas internas, que contribuíram para a familiarização entre os membros da equipe, bem como para a compreensão do processo na prática.

4.5.2 Percepções da Pesquisadora

Inicialmente, a proposta desenvolvida tinha como foco principal as ferramentas de processo. Posteriormente, na opinião do coletivo, a importância estava em destacar as funções dos participantes que formariam as equipes de desenvolvimento de futuros planos ou projetos.

Preocupar-se com o nivelamento e engajamento da equipe é o ponto determinante para a condução e definição ou não do sucesso da aplicação de uma ferramenta. Afinal, uma ferramenta sem pessoas, não passa de um mecanismo. Uma ferramenta com um coletivo engajado e inserido no contexto do desafio, não apenas amplia, mas potencializa o resultado do trabalho em conjunto.

4.6 Sobre Leis e Normas

Todo processo de audiência pública é regido por uma ou mais leis específicas, dependendo do objeto da audiência. Explicitar as características básicas, indicar mais locais para os conteúdos análogos e reforçar a importância desta etapa foi o principal intuito deste tópico.

4.6.1 Percepções do Coletivo

A primeira sugestão do coletivo foi transformar o conteúdo em tópicos, de modo a deixar o assunto, que é naturalmente complexo, mais simples para outros facilitadores, e indicando as fontes mais técnicas.

Outro questionamento apresentado na discussão foi: quais seriam os principais pontos para explicitar este conteúdo?

A maioria das sugestões veio em formato de recomendações e lembretes, como prazos de divulgação, itens essenciais para uma audiência pública legal e, com maior ênfase, o incentivo à pesquisa de todas as leis e normas que tratam do desafio a ser solucionado.

4.6.2 Percepções da Pesquisadora

A característica de “lembrete”, que o coletivo propôs em relação às leis e normas, pode ser analisada como uma preocupação em: (1) deixar o tema mais simples, com intuito de aproximar o leitor do desafio e da ferramenta; (2) reforçar o cuidado para evitar protocolos, por vezes, fechados, impositivos e não construtivos, considerando objetivos que poderiam ser alcançado de outra maneira e, ainda assim, estarem em consonância com a legislação.

4.7 Sobre a preparação dos participantes (cidadãos)

Quando falamos em processos sobre cidades, uma comparação indissociável é a relação das pessoas com esse espaço plural e orgânico, e sobre como podemos torná-lo mais democrático. Para isso, a aproximação do usuário, com este tema, precisa acontecer, de maneira plural e abrangente, em várias etapas.

4.7.1. Percepções do Coletivo

Inicialmente, os apontamentos feitos pelo coletivo percorreram caminhos associados à relação entre comunicação e efetividade das atividades, engajamento e autocrítica da experiência vivenciada por todos.

4.7.2 Percepções da Pesquisadora

Essa etapa foi a mais surpreendente, pois o coletivo considerou-a como o núcleo do processo, exatamente com essa conotação de força motriz, pulsante e viva. A partir dessas discussões, a catarse teve início para a pesquisadora.

Compreender que o processo só faz sentido quando os participantes estão preparados para cocriar os desafios e, aqui, preparação significa muito mais do que entender a metodologia; significa entender seu papel e possíveis desdobramentos, que se trata do fator com maior influência no resultado final. Ao perceber isso, um item que, *a priori*, parecia óbvio, a etapa, em si, ganhou um novo significado. Percebeu-se, também, que a ênfase dada a este item foi um reflexo de sua ausência durante a Revisão do Plano Diretor.

Outro item de aspecto autocrítico ressaltado foi a reflexão do coletivo sobre a melhor maneira de comunicar aos participantes a respeito da presença, do tema e do acompanhamento das etapas; o que reforça o entendimento sobre a visão de construção coletiva como um resultado a ser aperfeiçoado, porém, efetivo. Sobre isso, a sugestão foi classificar, por faixas etárias, os participantes, e traçar uma estratégia de comunicação para cada grupo, levando em consideração as aptidões e acesso facilitado às informações.

4.8 Sobre as Oficinas

A oficina é o lugar de encontro, de cocriação e de empatia prática. O espaço de transformação e de aproximação, dos desafios, das pessoas e das possíveis soluções. Onde o centro do processo está.

Preparar esse espaço de cocriação é um dos momentos mais importantes do processo, pois é essa percepção coletiva que norteia todo o resultado e desdobramentos posteriores.

4.8.1 Percepções do Coletivo

O coletivo expôs, de maneira unânime, que suas primeiras impressões, ao se depararem com a metodologia, foram de desconfiança e estranhamento. Uma sugestão apresentada, para minimizar essas impressões, seria mostrar fotos, vídeos ou exemplos práticos de oficinas realizadas.

O principal argumento apresentado pelo coletivo foi o entendimento de que o desafio era altamente complexo, e analisar todos os itens do processo e cocriar novas diretrizes dependia de etapas bem estruturadas, divididas em: (1) diagnóstico; (2) proposta; e (3) validação.

Para eles, oficinas divididas por temáticas seriam essenciais em decorrência do volume de informações e nível de complexidade, porém, a análise evidenciou a importância de se esclarecer que as etapas podem ser realizadas em apenas uma oficina. Assim, o facilitador poderá compreender que se trata de um processo orgânico e que a divisão serve apenas para auxiliar no desenvolvimento das ideias.

4.8.2 Percepções da Pesquisadora

Para o coletivo, a análise deste item foi como revisitar a experiência de Revisão do Plano Diretor, pois a ação se mostrou importante e positiva. Como pesquisadora e entusiasta do processo, é complexo dissociar a percepção pessoal e a análise dos aspectos destacados. Porém, após inúmeras reflexões, percebeu-se que o coletivo também considera o processo cocriado como uma ferramenta de transformação do modelo de audiência pública.

Outro ponto relevante a ser destacado diz respeito à mobilização e participação efetiva da população. Como chegar a ela? Qual o melhor horário, dia da semana e local? Reforçando a ideia de que os participantes são, de fato, os principais atores do processo.

4.9 Sobre o Diagnóstico

Associada à etapa 'sentir' do *design for change*, a etapa de diagnóstico teve como objetivo analisar o problema de forma ampla e avaliar o quanto a inserção da participação popular contribuiu para o seu aprimoramento.

4.9.1. Percepções do Coletivo

O coletivo iniciou as análises lembrando a experiência vivida e fazendo um exercício de imaginação. O exercício consistia na realização de uma única oficina que contemplasse o problema de investigação de maneira profunda, além da proposição de sugestões para melhoria. Em decorrência da complexidade do documento de Revisão do Plano Diretor, os participantes chegaram à conclusão de que, para projetos cuja temática seja muito ampla, é importante subdividi-la em etapas, seguindo o modelo aplicado neste trabalho, pois o resultado será mais efetivo.

Outra sugestão recebida dizia respeito à explicação das ferramentas de organização para as oficinas, como planilhas e grandes calendários impressos na área de trabalho.

4.9.2 Percepções da Pesquisadora

As principais reflexões deixadas por esta etapa foram a importância da crítica, de analisar as melhorias sob múltiplas perspectivas, verificar o que não foi executado e, não menos importante, praticar a empatia com a população, os servidores e a equipe de trabalho. Essa etapa foi determinante para os passos posteriores, bem como para o resultado alcançado ao final do projeto.

4.10 Sobre a Proposta

A etapa de propostas está ligada às etapas 'imaginar e fazer' do *design for change*, e foi planejada com o intuito de perceber as questões diagnosticadas na etapa anterior, e criar um ambiente onde os participantes pudessem desenvolver soluções para os problemas apresentados, a partir de suas vivências e percepções.

4.10.1 Percepções do Coletivo

As reflexões oriundas desta etapa versavam sobre o processo como um todo. Sobre como preparar, conduzir, elaborar sínteses de 24 oficinas, em um espaço de tempo relativamente curto, foi complexo e exaustivo.

4.10.2 Percepções da Pesquisadora

O coletivo se concentrou em relembrar o processo como um todo e não fez novos comentários sobre essa etapa da proposta. Acredita-se que possa ter relação com cansaço resultante da oficina. Após esse momento, a facilitadora propôs uma pausa nas atividades.

4.11 Sobre a validação

Esta etapa está associada à etapa 'compartilhar' do *design for change* e teve o intuito de expor e validar a primeira versão da Minuta de Lei da Revisão do Plano Diretor, elaborada em parceria com a população.

4.11.1 Percepções do Coletivo

Nesta etapa, levantou-se a possibilidade de pensar em outras maneiras de validar um documento tão extenso e técnico. Na ocasião, optou-se por apresentar as principais alterações baseadas nas sugestões das etapas anteriores, separadas em objetivo, diretrizes, instrumentos e indicadores e com rodadas de *brainstorming* temáticas, além de sugerir inclusões e reflexões.

A figura 8⁷ apresenta um exemplo da complexidade de informações relacionadas a cada temática.

Figura 8 – Material de apoio para Oficina de Validação da Revisão do Plano Diretor.

MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE

I - o favorecimento dos modos não motorizados sobre os motorizados;

II - a priorização do transporte coletivo sobre o individual;

III - a promoção da fluidez com segurança.



Fonte: Autora (2019), baseada no material disponível em <<https://www.joinville.sc.gov.br/>>.

4.11.2 Percepções da Pesquisadora

Relembrar, com o coletivo, esse percurso de maneira crítica, trouxe a esta pesquisadora uma noção da complexidade do projeto. Durante a fase de desenvolvimento, todos estavam focados em cumprir cada uma das etapas especificadas e, posteriormente, ao analisar os resultados, pôde-se perceber o quanto esse processo foi significativo. Infelizmente, a proposta ainda se encontra parada na esfera legislativa.

4.12 Diretrizes e desdobramentos

Após as reflexões geradas nesta oficina, percebeu-se que o resultado geral do processo foi positivo e que as diretrizes de melhoria estão mais alinhadas à comunicação do que com o processo em si. Em resumo, pode-se citar como resultado as seguintes diretrizes:

⁷ Ilustrando a temática mobilidade e acessibilidade. Item 'diretrizes' apresenta alterações textuais especificadas por cores análogas a um gráfico com temáticas mais relevantes, resultantes das etapas anteriores.

Tabela 9 – Diretrizes de melhoria.

Diretrizes de melhoria
Material gráfico para facilitar a visualização das etapas e ferramentas.
Linguagem simples e acessível.
Possibilidade de gamificação do processo.
Vídeos demonstrando na prática alguma oficina.
Materiais de apoio (sobre ferramentas, leis e normas, modelos de tabelas para organização, check lists, calendários, etc.).
Plataforma para compartilhamento de experiências.
Lembretes evidenciando os pontos mais relevantes e de atenção.
Aproximar todos os atores de diversas esferas no processo.
Priorizar a comunicação, com ferramentas e técnicas.

Fonte: Autora (2019).

A proposta para a continuidade desse processo é fluida e orgânica. Uma nova maneira de entender e conectar pessoas, necessidades e ideais. Para isso, desenvolver um material gráfico baseado nas diretrizes cocriadas pelo coletivo apresenta-se como o próximo passo prático para que outros grupos possam experimentar uma nova maneira de cocriar uma audiência pública.

Um possível desdobramento da pesquisa é plataforma digital “Se a cidade fosse nossa”, que abrigará o material gráfico, vídeos, espaço para depoimento de pessoas/instituições, contatos da pesquisadora, artigos relacionados, etc. Será um espaço digital para catalisar a discussão sobre cidade (urbanismo), relações de uso e abordagens participativas.

A experiência da pesquisadora com abordagens participativas aplicadas a várias áreas e, nesta pesquisa, associada ao urbanismo, também reforça outra possibilidade profissional, como consultoria para empresas, instituições, universidades e, principalmente, cidades, o que potencializa a especificidade do Mestrado Profissional em Design.

Aqui, nestes dois parágrafos, peço licença para usar como linguagem, a primeira pessoa, para que soe o mais próximo de como todo esse processo me fez sentir. Como pesquisadora, profissional criativa e facilitadora, essa oficina de percepções do coletivo foi o ápice desta pesquisa e da minha vida profissional. Ali, pude perceber a força conectora que esse processo teve, tem e terá, em vários níveis. Individualmente e coletivamente.

Analisar essa trajetória e perceber caminhos de aperfeiçoamento foi, até então, o projeto mais complexo e transformador que já experimentei. Acreditar nas pessoas e no coletivo como um modelo possível sempre fez parte, mesmo que, muitas vezes, de maneira subjetiva, do que acreditei e busquei. Encontrar uma abordagem que potencializa esse desejo de construir, em conjunto com várias mãos, ressignificou a maneira como trabalho, pesquisa, e enxergo o mundo, com todas as suas dores e delícias.

Pessoalmente, esse processo foi complexo e doloroso, escrever foi um ato solitário e eu não faço nada sozinha. Eu sou uma pessoa das pessoas – e essa é uma das características da qual mais me orgulho. Eu me recarrego em grupos, em encontros, em abraços, e todos os meus projetos são assim: com os outros. Através de quem está comigo, eu consigo enxergar outras cores dentro de mim também. Eu sou uma pessoa das pessoas e, agora, mais feliz por poder fazer dessa característica pessoal o meu trabalho, minha pesquisa e meu caminho favorito pra qualquer lugar. É possível transformar coletivamente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cidades são resultado das ações humanas sobre o espaço, e essas ações, por sua vez, são orgânicas, alteram-se significativamente e sistematicamente, de acordo com o tempo. Uma cidade sem pessoas é um conjunto de espaços vazios.

As abordagens participativas, nesta pesquisa, ressignificam a relação do usuário com a cidade. Embora esse processo tenha limites, é preciso cocriar para que essa relação cumpra sua função social de forma democrática e ativa.

Retomando o problema de pesquisa e os objetivos, considera-se que a equipe e a pesquisadora, nesta proposta de coletivo, cocriaram um caminho que aproxima as pessoas dos processos da gestão pública. Reconhece-se, também, que, esse é um dos vários caminhos possíveis, mas que essa experiência acarretou um processo de mudança para a gerência de Planejamento Urbano da SEPUD, que pode ser expandido para outros setores.

É importante ouvir, de fato, o real desejo das pessoas e, na mesma medida, possuir um olhar clínico para acompanhar as suas mudanças e os seus variados comportamentos.

Desse modo, acredita-se no papel crucial do profissional criativo, seja este designer e/ou arquiteto, mediando processos que, baseados na abordagem centrada no humano, se apresentem como possíveis caminhos para aproximar as pessoas das escolhas. Cidades humanas demandam profissionais humanos, que se disponham a entender verdadeiramente todos os cenários que são mutáveis e corroborem com a cocriação desses espaços, com os quais a sociedade contemporânea convive.

Entender, aplicar e difundir o resultado desta pesquisa é um primeiro passo que atinge a primeira camada desse desafio de cocriar cidades, aproximando os cidadãos dos assuntos e escolhas da gestão pública. Entretanto, há mais camadas a serem desenvolvidas e transformadas para que, de fato, a participação popular na gestão pública seja efetiva.

O conceito de cidade humana e inteligente só pode ser real quando associado a uma construção coletiva da população, do poder executivo e legislativo. Essa simbiose pode soar utópica no cenário atual, porém, é a partir dessa parceria que outro cenário poderá ser construído.

De maneira geral, essa pesquisa ressignificou vários âmbitos a que se propôs e também aqueles novos que o processo indicou. A não linearidade dos resultados desse

processo o torna intrigante, desafiador e, ainda assim, atrativo. O que traz também a possibilidade de aplicação após as considerações do coletivo e/ou outros espaços de aplicação, dando continuidade à pesquisa.

Unir urbanismo, design e pessoas trouxeram, à pesquisadora, uma nova maneira de enxergar o ofício do profissional criativo e outras possibilidades do fazer coletivo.

O título desta pesquisa é uma provocação sobre a relação passiva da maioria da população para com as questões públicas e esta pesquisa indica um dos vários caminhos de aproximação e relação de pertencimento.

E se a cidade fosse nossa? Espera-se que, em algum momento, o entendimento de que ela é, de fato, *nossa*, seja coletivo.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 14724: Informação e documentação. Trabalhos Acadêmicos - Apresentação. Rio de Janeiro: ABNT, 2002.

BONSIEPE, Gui. **Design, cultura e sociedade**. São Paulo: Blucher, 2011.

BOUSKELA, Maurício. CASSEB, Márcia. BASSI, Silvia. DE LUCA, Cristina. FACCHINA, Marcelo. **Caminho para as smart cities: da gestão tradicional para a cidade inteligente**. Banco Interamericano de Desenvolvimento: 2016.

BRANCAGLION, Ricardo Luiz. **Equipamentos Urbanos, Design e Identidade Sócio-cultural: Análise e Proposta para a Cidade do Núcleo Bandeirante no DF**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB. 2006.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União – Seção 1 – Eletrônico – 11/07/2001, Página 1 (Publicação Original).

BRASIL. Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA. (2004). **Plano diretor participativo: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos**. Brasília: Ministério das Cidades.

CHAVES, Iana Garófalo. **O Design Centrado no Humano conectado e colaborativo**. Orientadora Cibele Haddad Taralli. 2019. 315 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo 2019. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-19092019-163604/publico/TEIANAGAROFALOCHAVES_rev.pdf. Acesso em: 06 dez. 2019

CRATIVOS DA ESCOLA. **Design for change Brasil**. Disponível em: https://criativosdaescola.com.br/wp-content/uploads/2017/03/Material-de-apoio_2017.pdf. Acesso em: 14 maio. 2018.

DESIGN FOR CHANGE WORLD. Disponível em: <http://www.dfcworld.com/SITE>. Acesso em: 14 maio. 2018.

DREYFUSS, Henry S. **Designing for People**. New York: Allworth Press, 2001.

EVERLING, Marli T.; SOUZA; Luiz Eduardo; MARTINS, Miguel Cañas; DUARTE STAHN, Maria Odete; KORNER, Edson; GANSKE, Morgana Creuz. Dos conceitos de mediação, aprendizagem e colaboração às práticas de design participativo vinculadas ao Projeto ETHOS. **Revista ErgodesignHCI**, [S.l.], v. 6, n. Especial, p. 44 - 57, July 2018. ISSN 2317-8876. Acesso em: 29 jan. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.22570/ergodesignhci.v6iEspecial.533>.

EVERLING, Marli T.; THEIS, Mara Rubia; SANTOS, Filipe Mesquita dos; CECYN, Leonardo Calixto Colin; RODRIGUES, Rafaela; LaFRONT, Ronald. Design, participação e engajamento como estratégias para qualificar relações de uso em abordagens de design

no âmbito do Projeto ETHOS. p. 178-192. *In*: São Paulo: Blucher, 2018. **Anais eletrônicos** [...]. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/design-participao-e-engajamento-como-estrategias-para-qualificar-relaes-de-uso-em-abordagens-de-design-no-mbito-do-projeto-ethos-28193>. Acesso em: 29 jan. 2019

EVERLING, Marli Teresinha; SANTOS, Adriane Shibata; CAVALCANTI, Anna Luiza Moraes de Sá; SOBRAL, João Eduardo Chagas; SOUZA, Luis Eduardo; HAENCH, Irma; CRUZ, Allysson Thiago da; ZAMBERLAN, Sidnei. A educação e seu papel mobilizador para o design orientado à qualificação do cenário urbano como espaço de convivência. *In*: Anais do 11º Congresso Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento em Design. December, 2014. vol. 1 num. 4. **Anais** [...]. Disponível em <http://www.proceedings.blucher.com.br/pdf/designproceedings/11ped/00933.pdf>. Acessado em: 04 mar. 2015.

EVERLING, Marli Teresinha. **Diretrizes para um ambiente de aprendizagem assíncrona no curso de design**. Rio de Janeiro: Puc-Rio. Tese de doutorado. Orientadora: Claudia Mont'Alvão. 2011. Disponível em http://www2.dbd.pucRio.br/pergamum/biblioteca/php/mostrateses.php?open=1&arqtese=0721260_2011_Indice.html. Acessado em 10 de jul. 2017.

EVERLING, Marli T.; GODGIG, Amanda, SOUZA, Amanda; AZEVEDO Beatriz; MUNHOZ, Camila. Design & 'Vir-A-Ser': Abordagens participativas em contextos urbano-sociais. **Mix sustentável**, v. 5, n. 2 (2019). pp 123-134.

EVERLING, Marli T.; GODGIG, Amanda, SOUZA, Amanda; AZEVEDO Beatriz; MUNHOZ, Camila. Design e o 'vir-a-ser': relações de uso em contextos urbano-sociais. **Mix sustentável**, v. 5, n. 2, 2019.

FROUD, Daisy. Talking architecture with strangers: why community engagement in development matters more than ever. *In*: BROWN, Richard; HANNA, Kat; HOLDSWORTH, Rachel (org.). **Making good** – shaping places for people. Disponível em: http://www.centreforlondon.org/wp-content/uploads/2017/02/CFLJ5081_collection_essay_placemaking_0217_WEB.pdf. Acesso em: 16 ago. 2018.

GANSKE, Morgana Cruz. **Design para inovação social**: uma perspectiva sobre a atuação do designer em um mundo complexo, em uma aplicação prática denominada Rota do Mangue. Orientadora: Marli Teresinha Everling. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Design) – Programa de Pós-Graduação em Design. Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2016.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Perspectiva, São Paulo; 1ª edição, 2013.

IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 17 set. 2019

IDEO. **Human Centered Design Toolkit**. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/5Bf8Q3>. Acesso em: 10 maio. 2018.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JLLE30. Disponível em: <https://jlle30.com.br>. Acesso em: 05 maio. 2019.

JND.ORG. **Books**. Disponível em: <https://jnd.org/tag/book>. Acesso em: 12 out. 2019.

JOINVALLE. Disponível em: <http://centro.joinvalle.com.br>. Acesso em: 05 maio. 2019.

LEE, Jung-Joo. **Against Method**: The portability of method in human-centered design. Aalto University publication series. Doctoral Dissertations. 2012. Disponível em <https://goo.gl/qiQcyg>. Acesso em: 10 ago. 2018.

MANZINI, E. **Design para a inovação social e sustentabilidade**: comunidades criativas, organizações colaborativas e novas redes projetuais. Rio de Janeiro: E-papers, 2008.

MANZINI, E. Design in a changing, connected world. **Strategic Design Research Journal**, São Leopoldo, RS, v.7, n.2, maio/ago. 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/sdrj/article/view/sdrj.2014.72.06/4624>. Acesso em: 20 jul. 2018.

MANZINI, E. **Design, When Everybody Designs – An Introduction to Design for Social Innovation**, 2015.

MORAES, Anamaria; MONT'ALVÃO, Cláudia. **Ergonomia: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: 2AB, 1998.

NIELSEN NORMAN GROUP. **Jakob Nielsen**. Disponível em: <https://www.nngroup.com/people/jakob-nielsen>. Acesso em: 20 jul. 2018.

ONU. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso em 13 dez. 2019.

PPGDESIGN/UNIVILLE. Disponível em https://www.univille.edu.br/pt_br/a_univille/proreitorias/prppg/setores/area_pos_graduacao/mestradosdoutorado/mestradodesign/601209. acesso em: 15 jun. 2019.

SANDERS; Elizabeth B.; STAPPERS Pieter Jan. **Co-creation and the new landscapes of design**. 2008. Disponível em: http://www.maketools.com/articlespapers/CoCreation_Sanders_Stappers_08_preprint.pdf. Acesso em: 17 jul. 2018.

SANDERS, Elizabeth B.-N. From user-centered to participatory design approaches. In: FRASCARA, J. (Ed). **Design and the social sciences**. Taylor & Francis Books Limited, 2002.

SANDERS, Elizabeth. Disponível em: <https://design.osu.edu/people/sanders.82>. Acesso em: 10 maio. 2018.

SANDERS, Elizabeth. Disponível em: www.maketools.com. Acesso em: 10 maio. 2018.

SANTA ROSA, José Guilherme; MORAES, Ana Maria. **Design Participativo**: Técnicas para inclusão de usuários no processo de ergodesign de interfaces. Rio de Janeiro: Rio Books, 2012.

SETHI, kiran. **Design For Change World**. Disponível em <http://www.dfcworld.com/SITE>. Acesso em: 14 maio. 2018.

VIANA, Maurício; VIANNA, Ysmar; ADLER, Isabel; LUCENA, Brenda; RUSSO Beatriz. **Design thinking: inovação em negócios**. Rio de Janeiro: MJV Press, 2012.

WDO. **Definição de design**. Disponível em: <http://wdo.org/about/definition/>. Acesso em: 14 maio. 2018.

APÊNDICE A – OFICINA DE REFLEXÕES

Roteiro Preliminar

A oficina será baseada na metodologia do *Design for Change* e funcionará como uma ferramenta análise e avaliação do processo realizado na revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável. O resultado dessa etapa servirá de insumo para desenvolvimento de um processo que possa auxiliar todos os envolvidos.

Os convidados para esta oficina serão os profissionais que participaram do processo de Revisão do Plano Diretor, totalizando 10* participantes.

- Local: Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Sustentável - SEPUD.**
- Duração: 3 horas.

Atividades previstas:***

- (1) Apresentação da temática da pesquisa;
- (2) Assinatura do TCLE e Autorização de uso de imagem e voz pelos participantes;
- (3) Pauta;
- (4) *Brainstorming* em grupo para diagnóstico de cada item pré estabelecido para análise;
- (5) *Brainstorming* com foco nas possíveis soluções/melhorias;
- (8) Desenvolvimento de diretrizes;
- (9) Desenvolvimento de síntese da proposta através de resumo e/ou mapa mental;
- (10) Momento para percepções individuais sobre o processo.

Enquanto os participantes envolvem-se com as atividades estipuladas, todo o processo será fotografado e registrado por meio de anotações.

Metodologia de Análise de Dados:

Produção desenvolvida pelos próprios participantes de material síntese através de resumo e/ou mapa mental, pois destaca a variedade dos resultados pela ótica dos próprios participantes.

*O número poderá ser alterado, de acordo com as necessidades levantadas durante a pesquisa.

**O local está sujeito a alteração, visto que outros workshops poderão ser eventualmente marcados em outras situações, de acordo com a necessidade de informações.

***O roteiro poderá sofrer alterações no decorrer das pesquisas, de acordo com as necessidades que surgirem durante o processo.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE – UNIVILLE PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O (A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada “Contribuições de Abordagens participativas para cocriação de cidades mais humanas. Um estudo de caso no contexto de Joinville.”, desenvolvida pela mestrandia RAFAELA RODRIGUES e orientada pela professora Marli T. Everling. A sua participação será fundamental para a construção desta pesquisa, que visa analisar e correlacionar o processo de projeto em arquitetura e em design visando a estruturação de um processo arquitetônico centrado nos aspectos humanos e na participação do usuário. Este conteúdo servirá de auxílio em uma Relatório Técnico de Mestrado Profissional em Design. Sua participação se restringirá a fornecer respostas às indagações feitas em entrevista, tendo a possibilidade de uso de imagem ou gravação de entrevistas. O (A) senhor(a) terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza e também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, caso seja de seu interesse e, mencionado a pesquisadora, terá livre acesso aos resultados do estudo. Não haverá nenhum tipo de pagamento ou gratificação financeira pela sua participação na pesquisa. Destacamos que a sua participação nesta pesquisa é opcional e representa riscos ou desconfortos mínimos, pois a entrevista se dará em local seguro, portanto não haverá qualquer ressarcimento ao participante. Os resultados da pesquisa aos sujeitos e instituições envolvidas se dará via e-mail. Sua participação na pesquisa durará aproximadamente 20 minutos. Os dados coletados ficarão sob a guarda da pesquisadora por 5 (cinco) anos, sendo posteriormente excluídos os arquivos gerados em sistema e os documentos impressos descartados por meio de máquina fragmentadora de papel. Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar, sob garantia de sigilo que assegure a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa e ficando a sua identificação restrita a pesquisadora, ou seja, sem identificação nominal, podendo, porém, ser utilizada sua imagem e/ou voz. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área das ciências sociais aplicadas, sendo os dados apresentados apenas em porcentagens, números e comentários gerais. Em caso de dúvida, você poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo telefone (47) 98435 5582 ou no seguinte endereço: Rua Duque de Caxias 86, ap 304, Atiradores, Joinville - SC CEP 89.201460. Também poderá ser usado o e-mail rafaela.arq1@gmail.com

• **ATENÇÃO:** A sua participação em qualquer tipo de pesquisa é voluntária. Em caso de dúvida quanto aos seus direitos, escreva para o Comitê de Ética em Pesquisa da UNIVILLE. Endereço – Rua Paulo Malschitzki, 10 - Bairro Zona Industrial - Campus Universitário – CEP 89219-710 Joinville – SC ou pelo telefone (47) 3461-9235.

Após ser esclarecido(a) sobre as informações do projeto, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine o consentimento de participação do sujeito, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

Pesquisadora responsável: Rafaela Rodrigues _____
rafaela.arq1@gmail.com

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DO SUJEITO

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do presente estudo como sujeito e declaro que fui devidamente informado e esclarecido sobre a pesquisa e os procedimentos nela envolvidos.

Assinatura do Sujeito: _____

Joinville, ____ de _____ de 2018.

Telefone para contato _____

APÊNDICE C -- TERMO DE USO DE IMAGEM E VOZ

Eu, _____, abaixo assinado(a), autorizo nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil, no seu capítulo X, art. 5, à Fundação Educacional da Região de Joinville – FURJ, mantenedora da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, a utilizar minha imagem e/ou voz, diante da aprovação do material apresentado, em qualquer mídia eletrônica, falada ou impressa, bem como autorizo o uso de nome, estando ciente de que não há pagamento de cachê e que a utilização dessas imagens será para fins da pesquisa intitulada “Contribuições de Abordagens participativas para cocriação de cidades mais humanas. Um estudo de caso no contexto de Joinville.”

Nome do participante ou responsável legal: _____

Contatos: _____ Assinatura: _____

Cidade e data: _____

APÊNDICE D – MATERIAL PARA OFICINA DE REFLEXÕES

APRESENTAÇÃO

Esse material foi desenvolvido com o intuito de contribuir para os processos participativos entre a gestão pública e a sociedade. O material foi inspirado nos princípios do Design Centrado no Humano e no Design for Change, abordagens que evidenciam e potencializam a colaboração e a construção coletiva de soluções para os mais diversos desafios.

Esse material é um convite a reflexão e transformação do modelo das audiências públicas, com empatia, participação, criatividade e comunicação. Ele foi desenvolvido de maneira coletiva com uma equipe que atua na gestão pública e poderá influenciar profissionais que busquem um trabalho mais imersivo, multidisciplinar e condizente com a sociedade atual. Objetiva também seus processos criativos e relacionados à participação popular na gestão pública.

Esse processo conta com ferramentas flexíveis que podem ser usadas para desafios complexos ou simples, reforçando o processo orgânico e fluido de cada proposta a ser desenvolvida. Aproveite os espaços vazios para preencher, anotar, criar, eles foram pensados para contribuir no processo.

FACILITADOR

Para o desenvolvimento desse processo de participação popular na gestão pública, é necessário identificar o facilitador/mediador/líder/profissional criativo do processo, para que ele possa se aprofundar nas etapas e conduzir a equipe.

Esse material pode ser uma ferramenta para auxiliar o desenvolvimento de um plano, projeto ou audiência pública de maneira mais participativa.

Para isso, ler esse material, as bibliografias indicadas, navegar pelo site, assistir os vídeos são essenciais para entender as ferramentas e as dicas.

EQUIPE

A primeira etapa desta proposta é montar uma equipe de trabalho, alinhada com o projeto, processo ou plano a ser desenvolvido. De preferência com capacidades,

vivências e experiências distintas para que a multidisciplinaridade possa ser também uma ferramenta que estimula o pensamento criativo.

Quem são as pessoas mais experientes no assunto da equipe? Quais características cada membro tem como principal?

Dica: Dependendo da complexidade, o ideal é que essa equipe esteja totalmente focada no desenvolvimento apenas desse projeto.

CONTEXTO

A segunda etapa é focada em compreender o contexto do processo, projeto ou plano a ser desenvolvido. Para isso, uma oficina com a equipe de trabalho pode ser útil para todos entenderem e construírem juntos a visão do grupo.

Qual sua cidade? Quais características principais? A economia? A faixa etária média das pessoas? Quantos bairros? Como sua cidade é conhecida? Que lugar mais gosta da cidade?

Dica: O facilitador do processo pode preparar uma oficina para essa etapa, para que todos conheçam ou reforcem a participação e condução de uma oficina participativa.

LEIS E NORMAS

O que são audiências públicas?

A Audiência Pública é um instrumento de participação popular, garantido pela Constituição Federal de 1988 e regulado por Leis Federais, constituições estaduais e leis orgânicas municipais. É um espaço onde os poderes Executivo e Legislativo, ou o Ministério Público, podem expor um tema e debater com a população sobre política pública ou elaboração de um projeto de Lei. São discutidos também, em alguns casos, os resultados de uma política pública, de leis, de empreendimentos ou serviços já implementados ou em vigor.

Dica:

Leis Federais: <http://www.planalto.gov.br>

Resolução do Conselho Nacional das Cidades: <http://www.cidades.gov.br>

Quando elas podem ocorrer?

As Audiências Públicas podem ocorrer durante quaisquer processos de elaboração e aprovação de leis, projetos e políticas públicas, ou ainda para prestação de contas, tanto por parte do poder Executivo como do Legislativo ou do Ministério Público. Elas ocorrem no nível municipal, estadual ou federal.

De acordo com a Constituição Federal de 1988:

- O poder Executivo deve realizar Audiências Públicas durante o planejamento municipal, na gestão da seguridade social, na gestão da saúde pública, na formulação de políticas e controle das ações na assistência social, e na defesa e preservação do meio ambiente.

- Para o poder Legislativo, é previsto que as comissões temáticas (de Desenvolvimento Urbano, Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia, etc.) do Senado Federal, da Câmara de Deputados, da Assembléia Legislativa Estadual e Câmaras de Vereadores realizem Audiências Públicas durante o processo de elaboração da legislação.

A qualquer tempo, a população pode solicitar aos seus representantes do poder Executivo ou Legislativo ou do Ministério Público a realização de Audiências Públicas para debater questões polêmicas e resolver conflitos que vivencia.

Quem deve participar?

Todos os que quiserem podem e devem participar das Audiências. Entretanto, é fundamental que o órgão que a convoca priorize a presença das pessoas afetadas diretamente pela política pública ou projeto de lei a ser discutido. A divulgação prévia, a localização adequada e a garantia do direito à informação compreensível e ao direito de voz são pressupostos para a garantia do direito de participação. Por isso, ao realizar a Audiência, o órgão público deve ficar atento para que todos os grupos possam ter acesso ao local e às informações necessárias. Ou seja, a participação não deve ser restrita a grupos determinados, mas aberta a todos e respeitando as diferenças e necessidades de cada grupo.

É muito importante também garantir a presença das autoridades competentes, do Ministério Público e técnicos especialistas no tema da Audiência. A presença da imprensa é um fator que pode ajudar a dar visibilidade tanto para a discussão como para os argumentos utilizados pela população. Além disso, os meios de comunicação também auxiliam a fiscalização e podem, dessa maneira, garantir o respeito aos resultados da Audiência.

Como deve ser uma audiência pública?

O órgão competente tem a função de definir, por meio de edital, a data, o horário, a forma como será feita a disponibilização de informações e o local acessível para a realização da Audiência. Estas informações precisam ser divulgadas com a máxima antecedência no Diário Oficial e em outros meios de comunicação como jornais, televisão etc.

O órgão público deve deixar disponível para consulta pública, com o máximo de antecedência e acessibilidade, informações a respeito da questão a ser discutida na Audiência. É responsável também por definir como será a dinâmica da Audiência, em que ordem os temas serão discutidos, quanto tempo será reservado para cada intervenção dos participantes, qual será a duração da Audiência, e garantir que os participantes tenham o direito de se manifestar sobre o tema, expondo seus pontos de vista de maneira justa e adequada.

É importante lembrar que, para que seja pública, a Audiência deve se caracterizar pela manifestação dos participantes. Estes não vão à Audiência apenas para ouvir, mas para questionar, dar opiniões, buscar informações sobre o tema e pressionar o Estado para que este seja mais democrático na tomada de decisões, realizando assim o controle social.

Além disso, durante a realização da Audiência, as discussões devem ser obrigatoriamente registradas em uma ata. Também precisa ser elaborada uma lista de presença. Em alguns casos, a Audiência é gravada em áudio. Estas informações devem tornar-se públicas em páginas oficiais na Internet, no Diário Oficial ou em outros meios.

Quando uma audiência pública não é válida?

A Audiência Pública e, conseqüentemente, a decisão que foi tomada ou lei aprovada com base em sua realização, poderão ser anuladas quando não forem garantidas as condições para a efetiva participação popular. Elas podem ser anuladas quando:

- A falta de divulgação prévia e em tempo razoável das informações sobre o tema a ser discutido;
- A escolha de um local inadequado para a realização da Audiência;
- A falta de acessibilidade, por exemplo, se a Audiência for realizada em um local em que não haja circulação de transporte público ou que não seja acessível para pessoas com deficiência;
- A restrição do número de participantes ou do direito de voz dos participantes de forma a impossibilitar um debate amplo sobre o tema discutido

Com a equipe de trabalho, analisem quais outras normas e leis são fundamentais para o desenvolvimento do projeto, plano ou diretrizes da equipe de trabalho.

PREPARAR A EQUIPE

Após conhecer o processo de uma oficina, o contexto do desafio e quais leis regem esse processo, está na hora de definir estratégias, prazos e responsabilidades.

O facilitador pode preparar previamente as etapas principais necessárias para a aplicação das audiências públicas e os prazos mínimos para cada etapa.

Dica: Reunir a equipe para validar o cronograma e processo, pré e pós-oficinas, responsabilidades individuais e coletivas.

Não se esqueça de organizar os prazos para todo processo!

Para facilitar, a equipe pode montar um grande calendário na parede e inserir os prazos e todas as etapas macro e micro a serem vencidas. Construir e definir as datas nesse calendário coletivamente, engaja e transforma esse processo mais participativo.

PREPARAR OS PARTICIPANTES

A participação cidadã é uma etapa fundamental para o desenvolvimento de propostas e projetos para uma cidade. O modelo tradicional de audiência pública muitas vezes inibe a real participação popular. Para transformar essa referência sobre esse

processo tão importante na construção coletiva de uma cidade, os cidadãos precisam ser capacitados para transformarem esse processo em ação.

Para isso, a comunicação é uma das etapas mais importantes desse processo, pois ela pode ampliar ou diminuir a adesão dos cidadãos. Quando prepara-se um processo participativo, independente de qual complexidade, espera-se que ele possa atingir a maioria das pessoas. Para facilitar, a linguagem precisa ser clara e simples, fácil para entender o contexto e aberta para que os participantes sintam-se motivados e engajados a participarem e compartilhem sua experiência.

Pela diversidade de perfis a serem alcançados nesse processo, o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação se faz necessária. Para garantir uma ampla divulgação, preparar e reforçar essa etapa com redes sociais, infográficos, outdoors, jornais, rádios, tv, etc.

Dicas:

Propor uma oficina prévia para apresentar modelo para a comunidade pode ser uma maneira de aproximar as pessoas da metodologia de oficinas.

Preparar a divulgação em etapas e conteúdos específicos, uma linguagem e maneiras de compartilhar que possam alcançar o maior número de pessoas.

Flyers e infográficos podem ajudar no melhor entendimento do processo.

Compartilhar todas as etapas em um site específico ou no próprio site do órgão deixa o processo transparente e aberto para todos.

OFICINAS PARTICIPATIVAS

As oficinas como ferramentas de fomento à participação popular em projetos, planos e audiências públicas trazem uma nova perspectiva e oportunidade para cocriação de cidades mais humanas e construídas pelas pessoas.

Este capítulo tem como objetivo indicar diretrizes para a execução de oficinas, bem como apontar possíveis ferramentas baseadas em abordagens participativas que corroboram para essa construção coletiva.

DIAGNÓSTICO

Quando se fala em ouvir a população para a construção colaborativa de algo, precisa-se entender qual é o atual cenário sobre o desafio, quais são os principais pontos positivos e negativos. Ouvir e entender todos os envolvidos no processo, percepções de cidadãos, servidores públicos e gestores, contribui para esse alinhamento. O objetivo desta etapa é analisar por vários olhares o mesmo desafio, gerando diretrizes para a etapa de propostas.

Pré-oficina

Identificar quem são os envolvidos na proposta desse projeto. Há mais algum órgão, além do que está organizando, que possa contribuir? A etapa do diagnóstico vem também como oportunidade para que os organizadores e envolvidos possam avaliar o desafio a ser debatido. Caso o desafio for mais complexo e envolver várias entidades, é preciso incluir esse tempo maior, na construção do calendário previsto.

Na etapa de diagnóstico, há uma oportunidade de apresentar todos os pontos levantados pela equipe e/ou outros órgãos envolvidos. A apresentação deve ter uma linguagem acessível, para que todos possam entender o desafio, mesmo que ele seja técnico. O tempo estimado para essa etapa depende do tema, do tempo estimado pelo facilitador para toda a oficina. Porém, como indicação, o tempo não deve ser maior que o disponível para os participantes desenvolverem as outras ferramentas. O objetivo principal de uma oficina, nesse contexto, é a participação da população.

PROPOSTA

Após a etapa de diagnóstico, onde a população e os órgãos responsáveis pelo tema das audiências analisaram o cenário e identificaram quais são os pontos mais relevantes, chega a hora de utilizar essas diretrizes para cocriar possíveis soluções a esse desafio.

Para essa etapa pode ser utilizado além das oficinas de propostas, formulários físicos e online, como ferramenta para alcançar o maior número de cidadãos.

Pré-oficina

A equipe organizadora deve preparar o roteiro da oficina de propostas, levando em consideração os resultados advindos da etapa de diagnóstico. Essas diretrizes servirão como ponto de partida para a etapa de proposta.

Na etapa de proposta, é muito importante reconectar o início da oficina de propostas com as diretrizes geradas na etapa anterior, lembrar as diretrizes mais votadas para o tema (caso tenha mais de uma temática, falar sempre sobre todas) e para alinhar com os novos participantes.

SÍNTESE E CONCLUSÃO

AUTORIZAÇÃO

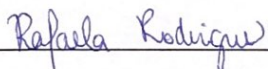
Nome do autor: Rafaela Rodrigues

RG: 4.627143

Título do Projeto Final: "E SE A CIDADE FOSSE NOSSA? Contribuições de abordagens participativas em um estudo de caso em Joinville."

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias do relatório técnico de minha autoria.

Joinville, 25/11/2020



Rafaela Rodrigues